

---

## **Produto 2 - Relatório Final**

**Análise das reuniões bilaterais, resultados da oficina de validação e planejamento, próximos passos e proposições para o Governo Federal retomar a Promoção da Sociobiodiversidade**

---

**Luciana Rocha**

**Agosto/2014**

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| 1. Introdução .....  | 3  |
| 2. Justificativa e Contextualização .....  | 3  |
| 3. Procedimentos Metodológicos .....   | 4  |
| 4. Análises .....  | 6  |
| 4.1 Banco de Dados da Sociobiodiversidade .....  | 6  |
| 4.2 Entrevistas .....  | 10 |
| a) Fortalecimento dos atores de todos os elos das cadeias/Acesso aos mercados.....                                   | 12 |
| b) Importância da articulação interministerial.....  | 13 |
| c) Inclusão em políticas públicas de apoio à produção e comercialização (ATER, PAA, PGPM-Bio, PNAE, feiras) .....    | 15 |
| d) Visibilidade, valorização dos produtos e reconhecimento nacional do extrativismo.                                 | 16 |
| e) Importância da articulação dos estados .....  | 17 |
| f) Política de promoção da sociobiodiversidade se originou da pressão/articulação das bases/movimentos sociais ..... | 18 |
| g) Garantia de direitos/territórios/ações estruturantes.....   | 18 |
| 4.3 Oficina de Validação e Planejamento dos Próximos Passos da Promoção da Sociobiodiversidade .....                 | 19 |
| 5. Proposições para a Promoção da Sociobiodiversidade .....  | 22 |
| 5.1 Investir na articulação .....  | 23 |
| 5.2 Fortalecimento de Políticas Públicas de Apoio à Produção e Comercialização.....                                  | 24 |
| 5.3 Visibilidade e valorização da sociobiodiversidade .....  | 25 |

## **1. Introdução**

O objetivo deste relatório é: *revisar e analisar as ações executadas e os resultados alcançados pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) desde seu início, gerando propostas que contribuam para o reposicionamento da agenda da Sociobiodiversidade no âmbito do Governo Federal.* Para isso foram executadas três atividades principais:

1. O levantamento de relatórios, análises, estudos, materiais de divulgação e outros textos produzidos para subsidiar as ações do PNPSB, com o intuito de montar um “Banco de Dados da Sociobiodiversidade”;
2. A realização de entrevistas com representantes de organizações da sociedade civil e de órgãos governamentais federais e estaduais para coletar suas percepções sobre os resultados anteriores e suas propostas e expectativas para a retomada da promoção da sociobiodiversidade;
3. A condução de uma oficina de validação e planejamento dos próximos passos com os órgãos governamentais promotores da agenda e representantes de organizações da sociedade civil no âmbito da Subcomissão da Sociobiodiversidade da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Estas atividades são descritas neste relatório e, conjuntamente, geram proposições para que se alcance o objetivo apresentado. Inicialmente, são feitas justificativa e contextualização do tema, a seguir, é descrita a metodologia utilizada e são apresentadas as análises sobre os materiais coletados em cada uma das três atividades principais e, por fim, se elencam proposições que contribuam para o reposicionamento e retomada das ações de promoção da sociobiodiversidade no âmbito do Governo Federal.

## **2. Justificativa e Contextualização**

Com o objetivo de *desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis*, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), iniciaram, em 2008, a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).

O primeiro elo de tais cadeias de produtos da sociobiodiversidade é ocupado

por indígenas, quilombolas, castanheiros, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, caatingueiros, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, camponeses, que em toda a sua diversidade de origens e modos de vida, compõem os *Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares*, e, em muitos casos, ainda precisam ser reconhecidos e ter seus direitos garantidos legalmente e respeitados pelo público em geral.

Em 2011 e 2012, o debate entre diversos órgãos de governo e dos movimentos sociais do campo e da floresta, para elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), absorveu várias das pessoas envolvidas na implementação do plano de ação do PNPSB, elaborado para o período entre 2011 e 2014.

Por um lado, essa situação, paulatinamente, provocou a desarticulação e descontinuidade do PNPSB, mas, por outro, as sinergias entre a PNAPO, *criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável*, e os eixos e linhas de ação do PNPSB eram evidentes. E a perspectiva de sua incorporação pelo principal instrumento de execução da nova política: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que *se propôs a integrar e qualificar as diferentes políticas e programas dos dez ministérios parceiros na sua execução*, foi, em parte, garantida, em alguns dos eixos do novo plano e com a criação da Subcomissão Técnica da Sociobiodiversidade, composta por órgãos governamentais e da sociedade civil.

Diante dessa nova conjuntura, para subsidiar a retomada da agenda de promoção da sociobiodiversidade pelo Governo Federal fez-se necessária a revisão e análise das ações executadas e dos resultados alcançados anteriormente pelo PNPSB, bem como, a identificação das expectativas e proposições dos diversos atores envolvidos nesta nova etapa.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Para alcançar o objetivo proposto foi utilizada uma abordagem analítico-descritiva, com o intuito de delinear um panorama da situação atual e propor estratégias de retomada da promoção da sociobiodiversidade pelo Governo Federal. Isso foi feito a partir dos métodos de levantamento de dados secundários (relatórios,

estudos, materiais de divulgação, entre outros) e da coleta de dados primários, com entrevistas semi-estruturadas previamente elaboradas, com membros de organizações da sociedade civil e de órgãos governamentais federais e estaduais envolvidos na promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

O levantamento de dados secundários gerou o “Banco de Dados da Sociobiodiversidade” com grande parte do material que subsidiou a criação do PNPSB, entre 2007 e 2008, além dos estudos, análises e relatórios produzidos durante sua execução de 2009 até 2012. Com a eventual retomada da promoção da sociobiodiversidade pelo Governo Federal, este banco de dados poderá se tornar público e acessível a qualquer interessado no tema.

A amostragem de entrevistados foi intencional e não-probabilística, uma vez que para contribuir efetivamente com este estudo, um pré-requisito era ter conhecimento prévio do objeto em análise: o PNPSB e/ou a promoção da sociobiodiversidade (Anexo 1).

O instrumento utilizado (Quadro 1) era composto por cinco questões abertas que procuravam captar as percepções dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimento e sua avaliação sobre os resultados alcançados pela promoção da sociobiodiversidade, o que poderia melhorar e qual deveria ser o foco dessa agenda no âmbito do Governo Federal.

#### **Quadro 1 – Questões abertas abordadas junto aos entrevistados**

1. Como você conheceu a promoção da sociobiodiversidade?
2. Como a promoção da sociobiodiversidade influenciou positiva ou negativamente sua organização?
3. Em geral, quais os resultados que você percebe na promoção da sociobiodiversidade?
4. O que você acha que poderia melhorar na promoção da sociobiodiversidade?
5. Qual deveria ser o foco na promoção da sociobiodiversidade?

**Fonte: a autora.**

Não houve gravação para reduzir eventuais constrangimentos dos respondentes. As anotações do entrevistador foram sistematizadas e analisadas à luz da técnica de Análise de Conteúdo, com o intuito de obter categorias explicativas e “variáveis inferidas” passíveis de serem combinadas em um modelo compreensível, que articule tanto as expectativas quanto as proposições dos entrevistados para a continuidade da promoção da agenda da sociobiodiversidade, sem desprezar os aprendizados da etapa anterior.

Além disso, a proposta metodológica deste estudo previu, desde o início, a realização de uma oficina com seus promotores para validação das propostas elaboradas a partir da análise dos dados coletados e para planejamento das ações futuras do Governo Federal voltadas ao fortalecimento da agenda da sociobiodiversidade.

Essa necessidade foi reforçada por muitos dos entrevistados, que consideraram fundamental a realização da oficina participativa. Houve, ainda, uma demanda generalizada para que o número de participantes desse evento fosse ampliado, incluindo representantes de todos os grupos entrevistados e de outras organizações que pudessem contribuir para o debate sobre o tema, como os pontos focais estaduais e membros de organizações produtivas como cooperativas e associações.

A oficina foi realizada no âmbito das reuniões das subcomissões temáticas da PNAPO, em Brasília-DF, nos dias 5 e 7 de agosto de 2014, e contou com a participação de 27 pessoas, conforme o Anexo 2.

#### **4. Análises**

As análises apresentadas a seguir partem das informações coletadas para a elaboração do banco de dados, das entrevistas realizadas e dos resultados da oficina de validação e planejamento da retomada da promoção da sociobiodiversidade. As contribuições de cada uma dessas fontes foram integradas, gerando propostas que podem ser úteis para alcançar o objetivo apresentado inicialmente.

##### **4.1 Banco de Dados da Sociobiodiversidade**

O levantamento de informações para a montagem do banco de dados propiciou a organização de estudos e relatórios prévios à criação do PNPSB, além das diversas análises, avaliações, mapas, planos de ação, balanços de atividades realizadas e outros materiais, inclusive de divulgação, elaborados de 2007/2008 a 2012 pelo Governo Federal, estados e organizações da sociedade civil envolvidas.

São quase 5 mil arquivos que foram compilados e organizados com o intuito de torná-los úteis e acessíveis para os novos gestores da agenda da sociobiodiversidade e para os demais interessados no tema.

A Figura 1 mostra a estrutura do Banco de Dados da Sociobiodiversidade até as pastas de nível 2 (em alguns casos, há mais um nível de pastas, em outros já estão colocados os arquivos).

**Figura 1 – Estrutura do Banco de Dados da Sociobiodiversidade**

- ▲ Banco de Dados Sociobiodiversidade
  - ▲ 0. Subsídios para Criação do PNPSB
    - 0.1. Seminários Regionais
    - ▷ 0.2. Seminario Nacional
    - ▷ 0.3. Primeiras Análises das Cadeias - 2008
    - 0.4. Informações Gerais
  - ▲ 1. Cadeias Priorizadas
    - ▷ 1.1. Castanha-do-Brasil
    - ▷ 1.2. Coco Babaçu
    - ▷ 1.3. Estudos Úteis para Diversas Cadeias
  - ▲ 2. Estrutura de Governança do PNPSB
    - ▷ 2.1. Gestão e Secretaria Executiva
    - ▷ 2.2. Instâncias Estaduais
    - ▷ 2.3. Portal da Sociobiodiversidade
    - ▷ 2.4. Monitoramento do Plano de Ação
  - ▲ 3. Praça da Sociobiodiversidade
    - ▷ 3.1. Origens
    - ▷ 3.2. Concepção da Praça
    - ▷ 3.3. Material de Divulgação
  - ▲ 4. Diálogo com Setor Empresarial
    - ▷ 4.1. 2008 - Fórum Setor Empresarial - FGV-SP
    - ▷ 4.2. 2009 - Articulação com Setor Empresarial - Emiliano Milanez
    - ▷ 4.3. 2010- Banco de Dados Fornecedores e Compradores
    - ▷ 4.4. Parcerias com Setor Empresarial
    - 4.5. Relação Governo Empresas Empreendimentos
  - ▲ 5. Rede de Serviços
    - ▷ 5.1. 2009-Encontro de Constituição da Rede de Serviços
    - ▷ 5.2. MAT-Gestão
  - ▲ 6. Políticas Públicas Articuladas
    - ▷ 6.1. PGPMBio
    - 6.2. PAA
    - ▷ 6.3. PRONAF
    - 6.4. PNAE
    - ▷ 6.5. Outras Políticas
  - ▲ 7. Arranjos Produtivos Locais
    - ▷ 7.1. 2007 - Rede Inf Agroecologicas da Amazonia - Alfons Klausmeyer
    - ▷ 7.2. 2008 - APLs Agências Implementadoras - Julio Pinho
    - ▷ 7.3. 2010 - APLs Fomento AC AM PA - Fabio Melo
    - ▷ 7.4. 2010 - APLs Fomento NE - Manoel Timbó
    - ▷ 7.5. 2012 - APLs Babacu (MA) Babacu e Pequi (CE) Piacava (BA) Frutos da caatinga (BA) Buriti (PI)
    - ▷ 7.6. 2012 - APLs Oriximiná, Marajó e Norte de MG - Sérgio Cantuária
    - ▷ 7.7. 2012 - APLs Rio Negro e BR163 - Rocío Chacchi Ruiz
    - ▷ 7.8. Apresentação sobre APLs
  - ▲ 8. Publicações
    - ▷ 8.1. 2010
    - ▷ 8.2. 2011
    - ▷ 8.3. 2012

Fonte: a autora.

Alguns aspectos merecem destaque em meio à imensa quantidade de arquivos:

- O PNPSB se originou a partir da demanda da sociedade civil organizada, e isso se confirmou com a participação de mais de 700 pessoas nos seminários regionais realizados entre 2007 e 2008 e no nacional em 2008.
- Diversos produtos e cadeias potenciais foram identificados nos seminários regionais. Dez deles foram mapeados e analisados em territórios específicos: açaí, piaçava, carnaúba, babaçu, castanha-do-brasil, borracha, copaíba, andiroba, pequi e buriti, subsidiando a definição dos APLs apoiados pelo MMA.
- As cadeias da castanha-do-brasil (Amazônia) e do coco babaçu (Cerrado) foram priorizadas para iniciar as ações do PNPSB como símbolos da importância e, por outro lado, da invisibilidade do extrativismo, pois ambas envolviam uma grande quantidade de pessoas, com acesso precário às políticas públicas de apoio à produção e comercialização.
- O termo “produtos da sociobiodiversidade” foi cunhado a partir dos seminários regionais e significa: “Bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem”.
- Desde 2009, a Coordenação do PNPSB, composta por diretores e equipe técnica do MDA, MMA, MDS e CONAB, trabalhou a partir de *Planos de Ação*, com metas, atividades, responsáveis e prazos. Periodicamente, eram realizadas reuniões para acompanhar o andamento dessas ações. Ao final de cada ano eram divulgados *Balanços das Ações Realizadas*, o que parou de acontecer a partir de 2011/2012.
- O principal diferencial do PNPSB, refletido em seus planos de ação, era a articulação entre os órgãos federais e suas políticas, visando ao acesso dos produtos da sociobiodiversidade aos mercados sustentáveis.
- Articulações com outros órgãos importantes para isso como MAPA e ANVISA, sobre o tema das regras para beneficiamento e comercialização de alimentos e bebidas, também foram iniciadas, mas ainda precisam de investimento de tempo e análises para alcançar os resultados a que se propuseram.
- Da mesma forma, as articulações dentro de cada ministério e junto às instituições vinculadas precisam ser retomadas e fortalecidas. No MMA com ICMBio, SFB, IBAMA, CGEN/SBF. No MDA com INCRA. No MDS com diversas áreas da SESAN.
- As instâncias de governança estaduais faziam parte da estratégia de integração que sustentava o PNPSB. A proposta era que cada estado identificasse e

articulasse seus órgãos e políticas com foco na sociobiodiversidade, situação que evoluiu de forma variada entre os estados. As instâncias estaduais também eram importantes para a disseminação de informações e para o diálogo institucional.

- A Praça da Sociobiodiversidade surgiu a partir das experiências e lições aprendidas no tema da promoção comercial pela *Sala Andes Amazônia* e pela *Sala Caatinga Cerrado*. Além de empreendimentos produtivos desses biomas, foram envolvidos representantes de organizações da Mata Atlântica, Pantanal e Pampas. O aumento na visibilidade do conceito “sociobiodiversidade” e dos produtos extrativistas está vinculado a essa estratégia, bem como o desenvolvimento de uma estratégia de diálogo com o setor empresarial.
- PAA, PGPM-Bio, PNAE e PRONAF eram as principais políticas de apoio à produção e comercialização articuladas pelas ações do PNPSB, pois se considerava que, se os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares estivessem aptos a acessá-las e a fornecer para mercados institucionais, eles seriam capazes também de se inserir em mercados diferenciados.
- A PGPM-Bio foi criada pela CONAB em 2009 a partir dos debates do PNPSB. Ela surgiu com os preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade. Nesse mesmo contexto foi criada a Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade na CONAB.
- O PNPSB promoveu diversos encontros, seminários e oficinas reunindo cooperativas e associações de produtores e prestadores de serviços de ATER, capacitação, bancos e instituições de pesquisa com o intuito de identificar formas de superar um dos gargalos mais críticos que era a dificuldade de acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização pelos extrativistas. A partir desses eventos foi criada a “Rede de Serviços” da sociobiodiversidade, para a qual foi oferecido um “Curso Virtual sobre Políticas Públicas”. Nesse âmbito também se concretizaram as demandas por editais de ATER diferenciados por região, público e produtos prioritários e CNS e MIQCB se tornaram emissores de DAP.
- Uma estratégia utilizada pelo MMA para verificar os resultados das propostas do PNPSB nas bases foi a implementação de 10 APLs em territórios e produtos específicos, em MG, Norte e Nordeste.
- O Portal da Sociobiodiversidade ficava hospedado no Portal do MDA e foi amplamente utilizado como uma ferramenta de comunicação, capacitação e armazenamento de informações tanto pela Coordenação do PNPSB quanto pelas instâncias estaduais e organizações parceiras.

Propõe-se, então, que o “Banco de Dados da Sociobiodiversidade” seja gerenciado pela Coordenação da nova etapa de promoção da agenda da

sociobiodiversidade e seja vinculado a uma plataforma com ferramentas similares ao antigo Portal do MDA.

Essa “biblioteca virtual” pode ainda ser associada às facilidades disponíveis nas redes sociais (Facebook, Tweeter, etc) para disseminar para um amplo número de usuários toda a riqueza de informações e experiências vinculadas ao tema. Ficando aberta também à ampliação de seus conteúdos a partir da retomada da promoção do tema.

#### **4.2 Entrevistas**

Entrevistas são essenciais para resgatar percepções e opiniões das pessoas sobre temas específicos, contribuindo para enriquecer as análises e para construir propostas mais adequadas à realidade.

Neste caso, buscou-se identificar as avaliações dos entrevistados em relação aos resultados da promoção da sociobiodiversidade, sem focar apenas no PNPSB, bem como suas expectativas e proposições para a retomada do tema. Isso foi crucial, uma vez que o contexto sofreu modificações significativas, entre elas:

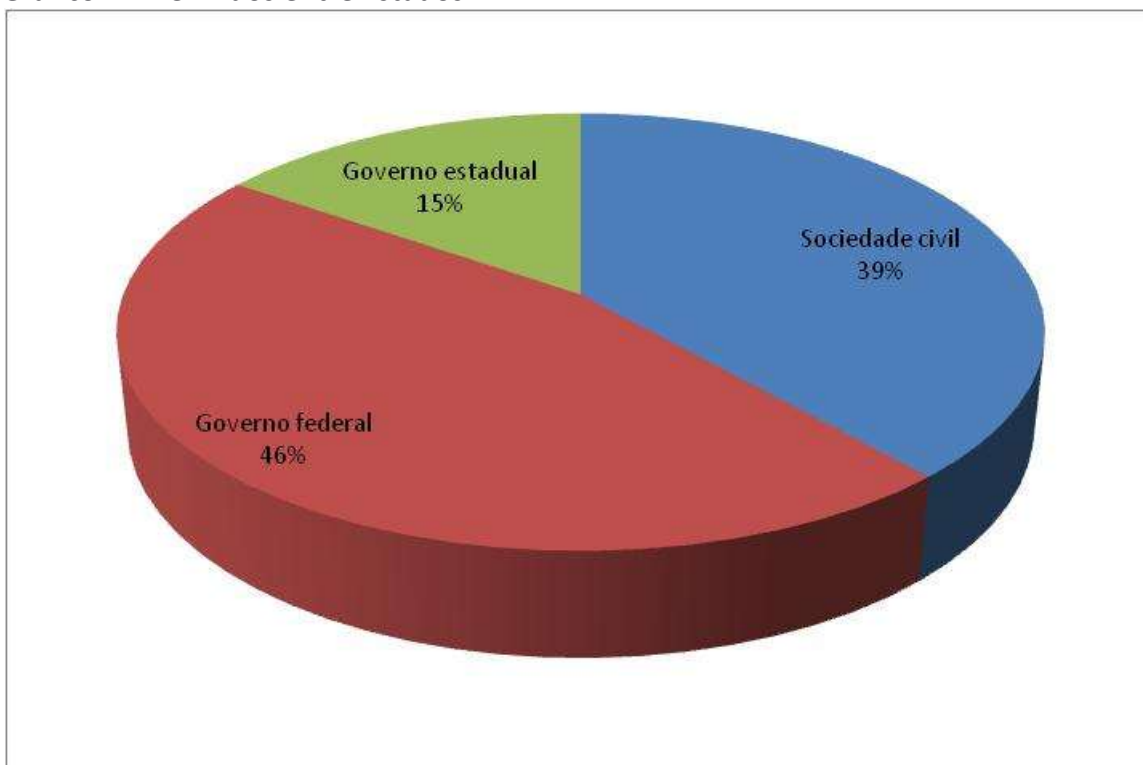
- Todos os membros das diretorias que compunham a antiga Coordenação do PNPSB e a maioria dos membros da Equipe Técnica não exercem mais suas atividades anteriores. Alguns ainda mantêm vínculos ao tema da sociobiodiversidade, mas estão em outras funções e, muitas vezes, em outros órgãos governamentais.
- O PNPSB não foi oficialmente encerrado. A falta de retorno às demandas e a paulatina descontinuidade da implementação de suas ações, pelos órgãos federais responsáveis, gerou expectativas não atendidas e levou-o ao descrédito por parte dos parceiros nos estados.
- A criação da PNAPO e a possibilidade de vinculação da agenda da promoção da sociobiodiversidade nas metas, eixos e iniciativas do PLANAPO são positivas e sinérgicas.

Inicialmente, foram entrevistados representantes dos membros das organizações da sociedade civil da Subcomissão Técnica da Sociobiodiversidade do PLANAPO que estiveram no III Encontro Nacional de Agroecologia (III ENA) realizado de 15 a 19 de maio de 2014 em Juazeiro (BA).

A seguir, em Brasília (DF), foram entrevistados membros da antiga Coordenação do PNPSB (MMA, MDA, MDS e CONAB) e, por fim, se estabeleceu contato com os pontos focais dos estados envolvidos. Apenas com estes últimos a entrevista foi realizada por e-mail, com todos os outros ela foi presencial.

Alcançou-se um total de 26 respondentes distribuídos conforme o Gráfico 1, a seguir:

**Gráfico 1 – Perfil dos entrevistados**



**Fonte: a autora.**

As questões abertas, apresentadas no Quadro 1 (pag.5), procuravam captar tanto as percepções dos entrevistados sobre o passado quanto sua visão de futuro para a promoção da sociobiodiversidade. Assim, todos foram convidados a fazer uma avaliação dos resultados alcançados anteriormente, além de apontarem o que poderia melhorar e qual deveria ser o foco dessa agenda no âmbito do Governo Federal.

A Análise de Conteúdo das entrevistas propiciou a identificação de diversas categorias que, ao mesmo tempo em que procuraram sintetizar as opiniões e percepções mais frequentes dos entrevistados, também buscaram inferir suas expectativas e proposições para a continuidade da promoção da agenda da sociobiodiversidade, partindo dos aprendizados da etapa anterior, como pode ser visto na Tabela 1 e nas reflexões sobre cada uma delas a seguir.

**Tabela 1 – Categorias gerais obtidas na Análise de Conteúdo**

|   |
|---|
| Fortalecimento dos atores de todos os elos das cadeias/Acesso aos mercados                                  |
| Importância da articulação interministerial   |
| Inclusão em políticas públicas de apoio à comercialização e produção (ATER, PAA, PGPM-Bio, PNAE, feiras)    |
| Visibilidade, valorização dos produtos e reconhecimento nacional do extrativismo                            |
| Importância da articulação do estados   |
| Política de promoção da sociobiodiversidade se originou da pressão/articulação das bases/movimentos sociais |
| Garantia de direitos/territórios/ações estruturantes  |

**Fonte: a autora.**

**a) Fortalecimento dos atores de todos os elos das cadeias/Acesso aos mercados**

Esta foi a categoria com maior frequência nas respostas dos entrevistados. Alguns consideraram que este foi o principal impacto que o PNPSB provocou. Outros ponderaram que as ações de promoção da sociobiodiversidade geraram avanços neste sentido, mas avaliaram que essa meta ainda precisa ser mantida nesta nova etapa, uma vez que várias das ações voltadas à estruturação da produção, beneficiamento, comercialização e fortalecimento organizacional, bem como de utilização das políticas públicas de apoio à produção e comercialização e de regulamentação ao acesso e uso dos produtos precisam ser novamente articuladas e impulsionadas.

No contexto atual, além das políticas já existentes, há outras oportunidades para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade, como o programa de “Compras Públicas da Agricultura Familiar” e a modalidade de “Compras Institucionais”, ambas operadas pelo MDS/SESAN. De maneira geral, elas propiciam que órgãos da administração pública (universidades, hospitais, presídios, etc) comprem da agricultura familiar sem necessidade de licitação, o que tem potencial para impactar na reorganização das cadeias de valor, tanto quando os produtos da sociobiodiversidade já estão na base da economia local de vários municípios, como o açaí no Pará, quanto no caso de ser um produto com pouca tradição de consumo em sua região de origem, como a polpa da juçara no Sul e Sudeste. A ampliação do consumo dos alimentos produzidos localmente pode incentivar a formação de cadeias de valor mais curtas, em que a maior parte da renda gerada beneficia o extrativista/produtor, a segurança e soberania alimentar e também a economia regional.

Isso não exclui a necessidade da definição de estratégias e esforços para o acesso aos mercados diferenciados, principalmente para produtos não alimentícios como piaçava, carnaúba, artesanatos, que não se encaixam nas modalidades citadas. São necessários investimentos na melhoria da qualidade de produtos e processos e a

retomada das análises para a criação do “Selo da Sociobiodiversidade”, demanda ressaltada por alguns entrevistados.

Outro gargalo crucial vinculado aos mercados e à retomada do diálogo com o setor empresarial é a definição das regras de acesso aos recursos genéticos e de repartição de benefícios vinculados aos conhecimentos tradicionais associados.

Para alguns entrevistados, a articulação com o CGEN e a colocação deste tema em pauta deve ser uma prioridade para a agenda da sociobiodiversidade e seus promotores, principalmente por conta do Projeto de Lei<sup>1</sup> que substituirá a Medida Provisória nº 2.186-16/2001 sobre esse tema e que tramita em regime de urgência no Congresso Federal. Se aprovado, ele trará mudanças significativas, reafirmando a proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e simplificando os processos de obtenção de autorização de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado.

#### **b) Importância da articulação interministerial**

A articulação entre MDA, MMA, MDS e CONAB promovida pelo PNPSB foi considerada por muitos entrevistados como o principal motivo para os avanços alcançados na promoção da sociobiodiversidade. A disposição ao diálogo e a definição e acompanhamento conjunto de metas geraram oportunidades de alavancar resultados e integrar recursos que não existiam quando cada um atuava isoladamente.

A criação da PGPM-Bio, a pressão para inclusão anual de novos produtos e revisão dos preços mínimos, o cadastramento do CNS e MIQCB como emissores de DAP, a participação da Praça da Sociobiodiversidade em diversas feiras são alguns dos exemplos de ações, citadas pelos entrevistados, que envolveram uma forte articulação interministerial.

Por isso, a falta de continuidade das ações e a desarticulação a partir de 2012 ficaram tão evidentes, foram diversas vezes citadas e alimentaram uma demanda reprimida por apoio, principalmente por parte da sociedade civil, mas também dos estados e de alguns membros dos órgãos federais.

A proposta de retomada da promoção da sociobiodiversidade com base na re-articulação interministerial foi recebida de forma muito positiva pelos entrevistados, que viram nisso a possibilidade do atendimento a expectativas não cumpridas e da continuidade da execução de um plano de ação que não foi encerrado (2011-2014). Construindo uma proposta, a partir do que já existia antes, sem desprezar diagnósticos e mapeamentos, atores e parceiros envolvidos na etapa anterior.

---

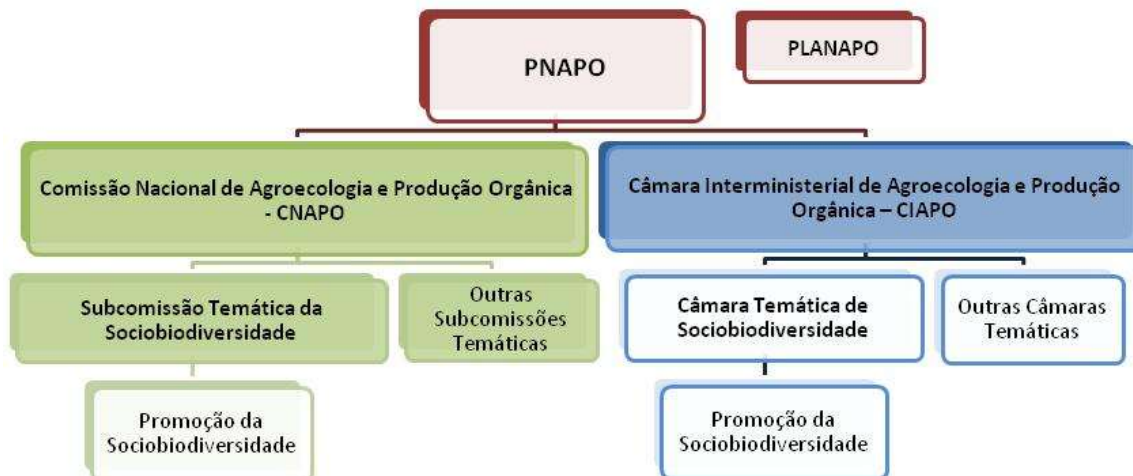
<sup>1</sup> O trâmite do Projeto de Lei pode ser verificado no endereço eletrônico: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150>

A vinculação da agenda da sociobiodiversidade à da agroecologia e produção orgânica através do PLANAPO também é vista como adequada pelos entrevistados, uma vez que há sinergias entre os públicos-alvo (muitos povos e comunidades tradicionais praticam também a agricultura orgânica e outros nunca tiveram acesso aos agrotóxicos) e se espera que este novo plano tenha recursos assegurados por linhas orçamentárias federais.

Outro aspecto considerado positivo é que a PNAPO já possui uma estrutura de governança definida em duas instâncias complementares: a Câmara Interministerial de Agricultura e Produção Orgânica (CIAPO), composta por 10 ministérios e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), um espaço de diálogo, participação e controle social paritário entre governo e sociedade civil. Atualmente há 6 subcomissões técnicas vinculadas à CNAPO, entre elas, a de Sociobiodiversidade.

A Figura 2, a seguir, procura representar estas duas estruturas. Os retângulos brancos são propostas de como a promoção da sociobiodiversidade pode ser incorporada à estrutura da PNAPO, tanto na CNAPO quanto na CIAPO.

**Figura 2 – Estrutura de governança da PNAPO**



Fonte: elaborado por Cláudia Souza (MMA), na reunião preparatória para a terceira reunião da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade em 29/05/2014. Adaptado pela autora deste relatório.

Tecnicamente, essa proposta é viável, pois dentre os 10 ministérios que compõem a CIAPO estão os antigos promotores do PNPSB<sup>2</sup>, que têm a possibilidade de propor a criação de uma “Câmara Técnica da Sociobiodiversidade” como instância de execução, articulação e gestão da promoção da sociobiodiversidade a partir de 2014. Além disso, a participação na CIAPO pode facilitar o acesso a outros ministérios com impactos importantes sobre o tema como MAPA e Ministério da Saúde.

Outra vantagem da vinculação à governança da PNAPO é a existência de uma secretaria executiva, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República que pode auxiliar no monitoramento das ações da Câmara Temática da Sociobiodiversidade.

No contexto das subcomissões técnicas da CNAPO ainda é necessário estabelecer o papel da ST da Sociobiodiversidade como instância consultiva da retomada da promoção dessa agenda no âmbito do PLANAPO, além da interlocução entre essa ST com outras que possuem interfaces importantes para o tema como a de Fomento e Crédito, por exemplo.

**c) Inclusão em políticas públicas de apoio à produção e comercialização (PRONAF, ATER, PAA, PGPM-Bio, PNAE) e em feiras**

Este item está intrinsecamente vinculado aos dois anteriores, mas mereceu destaque por ter sido bastante citado pelos entrevistados, que consideraram que a ampliação no acesso do público extrativista às políticas públicas de apoio à produção e comercialização foi muito influenciada, anteriormente, pelas ações executadas pelos membros do PNPSB.

A verificação nos Seminários Regionais de que um dos principais gargalos para o acesso às políticas públicas pelos extrativistas era a falta de documentação básica e de DAPs fez com que diversas articulações fossem iniciadas pelos membros do PNPSB para reverter este quadro, incluindo: reuniões de sensibilização e apresentação de dados sobre o extrativismo para outros órgãos federais e órgãos estaduais de ATER; organização de mutirões de emissão de documentação básica e DAPs; abertura de editais para contratação de “ATER para o extrativismo” e com demandas específicas e diferenciadas por região; inclusão do CNS e do MIQCB como emissores de DAP, entre outras.

A criação e operação da PGPM-Bio pela CONAB também foram consideradas vitórias importantes neste contexto, bem como a possibilidade de acesso dos extrativistas ao PAA e ao PNAE.

---

<sup>2</sup> A CONAB não faz parte da CIAPO, mas como ela é membro da CNAPO, é um órgão convidado para todas as reuniões da CIAPO, juntamente com ANVISA, EMBRAPA e INCRA.

Entretanto, os crescentes resultados positivos alcançados durante o período em que havia a articulação entre os parceiros do PNPSB e um plano de ação a ser executado, deixaram de ser monitorados e, em alguns casos, se estagnaram ou se reduziram após 2012. E isso foi bastante ressaltado pelos entrevistados.

Afirmou-se ainda que, falta operacionalizar políticas, instrumentos e recursos para o extrativismo e que o acesso aos financiamentos disponíveis nos fundos e editais é dificultado pelos complexos pré-requisitos técnicos e de gestão exigidos dos proponentes dos projetos, como no caso do Fundo Amazônia.

A percepção geral é de que se não forem retomadas ações articuladas para ampliar o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, as cadeias de produtos da sociobiodiversidade tendem à estagnação, pois não possuem recursos e estrutura suficientes para acessar o mercado de forma sustentável.

Neste contexto, se propôs que representantes de organizações produtivas, como cooperativas e associações, sejam consultados e incorporados às discussões para a gestão da promoção da sociobiodiversidade, uma vez que eles podem apontar os gargalos prioritários para o acesso às políticas públicas visando aos mercados.

Outro aspecto proposto pelos entrevistados foi a adoção de políticas com uma abordagem que contemple as diversas “cestas de produtos” trabalhados pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares nas diferentes regiões, em áreas coletivas ou individuais. É necessário valorizar a riqueza dos territórios e de suas cadeias potenciais propiciando o acesso a fontes específicas de recursos. Um imenso desafio à agenda da sociobiodiversidade.

#### **d) Visibilidade, valorização dos produtos e reconhecimento nacional do extrativismo**

Este foi o primeiro aspecto apontado por muitos dos entrevistados, principalmente os da sociedade civil. Para eles, o reconhecimento das populações e dos produtos extrativistas nacionalmente foi uma grande vitória que se construiu a partir da pressão das bases antes e durante os Seminários Regionais e se consolidou com a criação da Praça da Sociobiodiversidade como vitrine.

Os ganhos na visibilidade dos produtos extrativistas junto ao mercado consumidor foram consideráveis, tanto é que muitos deles passaram a ser encontrados nas prateleiras dos supermercados, reconhecidos por seu valor nutricional, social e ambiental e incluídos como itens relevantes na aquisição de alimentos e alimentação escolar de suas regiões de origem.

Graças à valorização dos produtos regional e nacionalmente, em alguns casos, como o da castanha-do-brasil, as principais cooperativas de comercialização passaram a priorizar a agregação de valor visando ao mercado brasileiro, em vez do que

tradicionalmente ocorria com a venda da castanha in natura para outros países. Com isso, os extrativistas passaram também a ser mais bem remunerados.

Contudo, se apontou que ainda há muito a fazer em termos do reconhecimento institucional dos produtos extrativistas, por exemplo:

- Os dados que caracterizariam a sua existência, abrangência, quantidade produzida e número de pessoas envolvidas, não são visualizados diretamente nos campos do Censo Agropecuário do IBGE; povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares também precisam ser reconhecidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, População).
- Muitos óleos, essências e fibras de produtos florestais não-madeireiros não possuem NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) e acabam sendo contabilizados como “Outros” quando comercializados e exportados, reduzindo seu valor intrínseco;
- O desconhecimento sobre os trâmites para as análises dos processos de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios reduz o interesse das empresas pelos produtos da sociobiodiversidade e, em vez de contribuir para a proteção ou uso sustentável dos recursos naturais, incentiva a busca de atividades alternativas pelos moradores das florestas como a criação de gado ou a comercialização ilegal de madeira.

Estes três itens citados pelos entrevistados são apenas alguns dos exemplos de articulações necessárias junto a outros órgãos federais nesta nova etapa da promoção da sociobiodiversidade.

#### **e) Importância da articulação dos estados**

Ao mesmo tempo em que se apontou que a promoção da sociobiodiversidade influenciou positivamente na inclusão do tema nos discursos ou em ações pontuais nos estados, ressaltou-se que ainda é necessário investir na internalização do tema pelos governos estaduais, uma vez que a criação das instâncias de governança da sociobiodiversidade nos estados não se refletiu no direcionamento de recursos dos PPAs para o tema.

A articulação com os estados também foi bastante prejudicada pela descontinuidade em nível federal das ações do PNPSB, exigindo a necessidade de sensibilizar e repactuar a promoção do tema com os governos estaduais e, para isso, a criação e uso de instrumentos indutores e de contrapartidas fiscais entre as esferas de gestão podem ser incentivos a tal envolvimento.

Além disso, as organizações da sociedade civil reivindicam que as instâncias estaduais da sociobiodiversidade sejam mais ativas e pressionem os órgãos estaduais responsáveis para que coloquem em prática legislações e políticas de promoção ao extrativismo.

Nesta categoria, outro aspecto a ser levado em conta é: se CIAPO e CNAPO incorporarem a promoção da sociobiodiversidade será necessário identificar formas de integrar as instâncias de governança estaduais criadas anteriormente a esse novo cenário.

**f) Política de promoção da sociobiodiversidade se originou da pressão/articulação das bases/movimentos sociais**

Neste contexto de retomada da promoção da sociobiodiversidade é essencial ressaltar e reconhecer o papel dos movimentos sociais de base desde a concepção do PNPSB em 2007/2008, durante os principais momentos de sua execução e na proposição da retomada do tema em 2014.

CNS e MIQCB vêm mostrando sua força de articulação em diversos eventos públicos e, junto com a Rede Juçara e a Rede Cerrado, se integraram à Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade da CNAPO, reivindicando a definição do governo federal quanto à continuidade da promoção da agenda da sociobiodiversidade, situação que motivou fortemente a execução de todas as atividades previstas neste estudo e que demonstra que o pacto da sociedade civil que existia com o PNPSB precisa ser alimentado e renovado nesta nova etapa da promoção da sociobiodiversidade.

**g) Garantia de direitos/territórios/ações estruturantes**

Os temas da garantia de direitos, de territórios e da implantação de políticas e ações estruturantes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura de energia elétrica e saneamento, logística, entre outras também surgiram como demandas dos entrevistados, especialmente os da sociedade civil, para a nova etapa da promoção da sociobiodiversidade.

Por conta de sua amplitude, apesar de terem sido demandados também nos Seminários Regionais, tais temas não faziam parte das linhas de ação anteriores do PNPSB. Apenas suas interfaces com os gargalos no manejo, produção, beneficiamento e comercialização foram contemplados nos planos de ação elaborados. E, devido à sua complexidade e abrangência os problemas estruturais permanecem.

Não há dúvidas de que a garantia de direitos, territórios e a implantação de políticas e ações estruturantes são fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida das populações extrativistas, entretanto, alguns entrevistados afirmaram que para que a promoção da sociobiodiversidade atinja os resultados esperados, em termos da agregação de valor aos produtos e acesso aos mercados sustentáveis, utilizando bem os escassos recursos disponíveis, seria mais estratégico que os responsáveis pela agenda da sociobiodiversidade nesta nova etapa construíssem uma forte articulação junto às instâncias interministeriais já constituídas, cuja função regulamentar incluía a discussão e deliberação sobre esses temas e a resolução dos problemas vinculados,

por exemplo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Nesta situação, a função dos novos promotores da agenda da sociobiodiversidade seria de organizar as demandas existentes, se articular às instâncias que têm obrigação de respondê-las e monitorar os avanços, catalisando resultados.

### 4.3 Oficina de Validação e Planejamento da Retomada da Promoção da Sociobiodiversidade

A oficina foi realizada nos dias 5 e 7 de agosto de 2014 no âmbito da reunião da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade da CNAPO e contou com a participação de convidados externos, além de seus membros, com o intuito de realizar a análise e validação das propostas elaboradas a partir do levantamento de dados e entrevistas para planejamento das ações de retomada da agenda da sociobiodiversidade.

**Figura 3 – Programação da Oficina**

| Horário                           | Programação   |
|-----------------------------------|---|
| <b>5 de agosto - terça-feira</b>  |   |
| 8h30-9h00                         | Recepção dos Participantes  |
| 9h00-9h15                         | Boas-vindas e Abertura da Oficina - MMA e MDA   |
| 9h15-9h30                         | Apresentação dos Participantes  |
| 9h30-9h45                         | Apresentação dos Objetivos e Programação da Oficina e Criação do Acordo de Convivência  |
| 9h45-10h45                        | Apresentação dos Resultados do Relatório de Análise   |
| 10h45-11h15                       | Debate e esclarecimentos  |
| 11h15-12h30                       | <b>Mesa 1 - Análise da Situação Atual e Proposições para Retomada da Agenda da Sociobio - Instâncias Estaduais</b>  |
|                                   | Experiência da Instância de Governança do Amapá   |
|                                   | Experiência da Instância de Governança do Tocantins   |
|                                   | Debate e esclarecimentos  |
| 12h30-14h00                       | Almoço  |
| 14h00-16h00                       | <b>Mesa 2 - Análise da Situação Atual e Proposições para Agenda da Sociobio - Sociedade Civil</b>   |
|                                   | CNS   |
|                                   | Rede Juçara   |
|                                   | APA-TO  |
|                                   | CAA   |
|                                   | Debate e esclarecimentos  |
| 16h00-16h15                       | Intervalo para café   |
| 16h15-17h00                       | Consolidação das Propostas  |
| 17h00-17h15                       | Encerramento do dia e reforço sobre continuidade da oficina em 7/8  |
| <b>7 de agosto - quinta-feira</b> |   |
| 8h30-9h30                         | Síntese e Fio condutor do dia 5/8   |
|                                   | Próximos Passos - criação de Grupo de Trabalho Temporário da ST para fortalecer a agenda da sociobiodiversidade no âmbito do PLANAPO por meio da elaboração de um programa de promoção do tema com gargalos e objetivos a serem trabalhados |
| 9h30-10h30                        |   |
| 10h30-10h45                       | Intervalo para café   |
| 10h45-12h00                       | Debate sobre "Eixo 4 - Desenvolvimento de Alternativas" para Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRON  |
| 12h00-12h30                       | Avaliação da oficina e encerramento   |

**Fonte: a autora.**

O primeiro dia foi de troca de experiências e análise da situação atual, com a apresentação e debate sobre os dados e informações resgatados neste relatório, a experiência da instância estadual do Tocantins e das organizações APA-TO, CAA e CNS (Anexo 3).

O segundo dia se iniciou com uma síntese dos debates do dia anterior organizada em um painel sob os seguintes temas:

- Articulação com órgãos federais, estados e sociedade civil
- Acesso aos mercados sustentáveis
- Desenvolvimento de capacidades na base
- Acesso a recursos financeiros
- Parcerias com empresas
- Garantia de direitos e infraestrutura
- Conhecimento e pesquisa
- Pautas para a subcomissão temática da sociobiodiversidade

Este painel foi enriquecido e ampliado com anotações dos participantes da oficina, gerando a seguinte tabela:

**Tabela 2 – Síntese dos debates realizados no primeiro dia da Oficina**

| Articulação com órgãos federais, estados e sociedade civil  |
|---|
| Ter clareza sobre o papel do governo federal: articular, coordenar e resolver gargalos gerais   |
| Costurar, articular políticas existentes, mas com espaço para incorporar o novo   |
| Articular discursos, políticas, pressão do governo federal sobre outras esferas de gestão para facilitar ação dos movimentos sociais nas bases  |
| Incluir/fortalecer a agenda da sociobiodiversidade em outros planos, políticas e conselhos já existentes (CNPCT-Planafe, Pnpct; CNPI-PNGATI; Condraf-PNPDRSS; Bolsa Verde; PPCDam, PPCerrado, PNATER, nas políticas de saúde integral, plantas medicinais, economia popular e solidária, no PLANSAN/Caisan, PNAN, Alimentação |
| Conhecer Projeto de Lei sobre patrimônio genético, conhecimentos tradicionais associados e repartição de  |
| Identificar sobreposições com o tema nas políticas existentes   |
| Incluir tema da sociobiodiversidade nos projetos de longo prazo (estruturantes) do governo  |
| Buscar recursos específicos para a agenda da sociobiodiversidade, não se limitar ao que já é executado por cada   |
| Envolver Ministério da Educação para que a escola seja parceira na valorização dos saberes locais e dos produtos extrativistas pela juventude   |
| Envolver outros ministérios na discussão (Cidades, MDIC, etc)   |
| Envolver FUNAI nas instâncias estaduais de discussão sobre sociobiodiversidade  |
| Envolver organizações indígenas nas instâncias estaduais de discussão sobre sociobiodiversidade (no Xingu a articulação indígena está mais organizada que a dos extrativistas)  |
| Melhorar o diálogo entre as esferas federal, estadual e municipal sobre as políticas existentes   |
| Reconhecer ações que vem sendo feitas nos estados e nas organizações  |
| Manter envolvimento de todos os atores e incentivar iniciativas já existentes   |
| Compartilhar e valorizar boas experiências  |
| Identificar oportunidades de apoio à agenda extrativista na legislação estadual como a Lei estadual de povos e comunidades tradicionais aprovada em MG  |
| Desenvolver mecanismos para incentivar os arranjos federativos a apoiar e dar escala a sociobiodiversidade  |
| Envolver sociedade civil e estados na definição das estratégias de ação (não apenas na implementação)   |
| Capacitar prefeituras nas políticas públicas de apoio à produção e comercialização  |
| Investir na participação da sociedade civil desde o início  |
| Valorizar a base social na retomada da sociobiodiversidade  |
| Conhecer GT que está trabalhando revisão do marco regulatório sanitário para pequenas agroindústrias  |
| Conhecer experiência dos protocolos comunitários que estão sendo construídos no Amapá   |
| Utilizar colegiados como fórum para discutir o tema   |

| <b>Acesso aos mercados sustentáveis</b>  |
|--|
| Participar de feiras como uma estratégia de divulgação da sociobiodiversidade  |
| Destacar relação entre sociobiodiversidade e segurança e soberania alimentar   |
| Reforçar foco nos mercados institucionais  |
| Implantar embarcação cidadã para comprar produtos extrativistas e enfraquecer atravessadores   |
| Buscar também mercados privados e diferenciados  |
| Identificar mercados para produtos da sociobiodiversidade não alimentícios (artesanato, cosméticos, etc)   |
| <b>Desenvolvimento de capacidades na base</b>  |
| Valorizar e reconhecer na política de ATER o saber popular, o técnico local, os "agricultores e extrativistas experimentadores"  |
| Reconhecer sociobiodiversidade na ATER extrativista (utilizar diagnósticos locais já feitos pelas prestadoras de serviços contratadas atualmente)  |
| Preparar agricultores e extrativistas para o diálogo e a negociação com compradores, prefeituras   |
| Preparar agricultores e extrativistas para analisar a viabilidade econômica e ambiental dos produtos   |
| Investir na organização social e empoderamento das comunidades   |
| Investir na capacitação de membros de organizações da sociedade civil para serem multiplicadores de projetos para PAA e PNAE (ex: Ivanildo do CNS)   |
| Criar alternativas para o envolvimento das mulheres e jovens em todo o processo  |
| <b>Acesso a Recursos Financeiros</b>   |
| Ampliar acesso do público-alvo da sociobiodiversidade aos recursos públicos e dos fundos   |
| Reduzir a destinação desses recursos para o agronegócio  |
| Envolver agentes financiadores para criar mecanismos/estratégias que reconheçam e financiem o extrativismo   |
| Fazer com que políticas públicas contribuam para o aumento da escala da sociobiodiversidade  |
| Ter agenda da sociobiodiversidade contemplada nas políticas como PAA, PNAE, PGPM, Plano Safra, etc   |
| <b>Parcerias com empresas</b>  |
| Incentivar arranjos inovadores com empresas  |
| Criar selo/forma de reconhecer pessoas que estão contribuindo para a agenda extrativista (ex: através da compra para alimentação escolar)  |
| Reconhecer iniciativas positivas de empresas, ONGs, prefeituras no trabalho com a sociobiodiversidade  |
| Definir estratégias e mecanismos para relações entre empresas e comunidades  |
| Focar no desenvolvimento de negócios sustentáveis (econômica, social, ambientalmente)  |
| Ter certificação de origem é mais importante para o extrativismo do que certificação orgânica  |
| <b>Garantia de Direitos e Infraestrutura</b>   |
| Contemplar garantia de direitos e infraestrutura nas discussões  |
| Vincular agenda da sociobio com a da infraestrutura pode tornar a evolução do tema mais lenta  |
| Equilibrar tempo de discussão com urgência dos resultados  |
| Valorizar a contribuição das populações extrativistas para a segurança hídrica, segurança energética   |
| Fortalecer o debate da sociobiodiversidade como articulador entre as florestas e as pessoas nacionalmente  |
| <b>Conhecimento e Pesquisa</b>   |
| Pesquisas da Embrapa podem subsidiar a sociobiodiversidade (valoração, sustentabilidade ambiental, valorizar espécies, alimentos regionais, etc)   |
| Contribuir com Embrapa para o desenvolvimento do "Projeto Sociobio" na Amazônia, Cerrado e Caatinga (análise de elos das cadeias produtivas e sustentabilidade do uso dos recursos)  |
| Reconhecer e valorizar a cesta produtiva específica de cada lugar e as diferenças entre as regiões   |
| Valorizar sistemas de cultivo tradicionais   |
| Tirar o extrativismo da invisibilidade (incorporar dados de produção e consumo na economia dos estados e do país, reconhecer e lidar com as diferenças entre extrativismo e agricultura, extrativismo mais amplo do que manejo, etc) |
| Valorizar o papel das pessoas na manutenção das florestas em pé  |
| Propor zonas de proteção da agrobiodiversidade   |
| <b>Pautas para Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade</b>   |
| Definir escopo da sociobiodiversidade - interfaces com agrobiodiversidade, sementes, etc   |
| Conhecer posição dos membros da ST Sociobiodiversidade sobre o tema  |
| Identificar o que outras subcomissões esperam da ST Sociobiodiversidade  |
| Ampliar participação da sociedade civil na ST Sociobiodiversidade  |

**Fonte: a autora.**

A seguir, em plenária, partiu-se para a análise da proposta de criação de um subgrupo de trabalho temporário vinculado à ST Sociobiodiversidade, cujo objetivo, construído coletivamente, ficou definido como:

- Identificar a agenda prioritária da sociobiodiversidade, verificando o que está no PLANAPO, PNPSB e outros Planos, Programas e Políticas e, com base nas proposições dos membros da sociedade civil e de representantes dos órgãos envolvidos, propor que essa agenda seja incorporada no PLANAPO.

Foram sugeridas algumas atividades com o intuito de contribuir para o alcance desse objetivo:

1. Identificar sobreamentos das ações/iniciativas da agenda da Sociobiodiversidade com outros Planos, Programas e Políticas (ex: PLANSAN; PNDRSS; PNPCT; PNGATI e outros);
2. Consultar outros membros de STs/CNAPO e de outros Conselhos e Comissões para identificar sobreamentos com outras atividades que vêm sendo desenvolvidas por eles;
3. Identificar interfaces para subsidiar a Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade, indicando ações prioritárias para serem incluídas no próximo PLANAPO (a partir de 2015).

Os membros da ST Sociobiodiversidade que se voluntariaram para compor o subgrupo de trabalho até a próxima reunião da CNAPO, última de 2014, são:

- Sociedade civil: Rede Juçara – Fábio Reis; APA-TO – Paulo Gonçalves; CNS – Clodoaldo Pontes
- Órgãos governamentais: FUNAI - José Augusto Pereira; EMBRAPA – Maria Consolación Udry (Sol); MDA – Hiran Trindade; MMA – Gabriel Domingues;

Após essas definições deu-se por encerrada a Oficina e os membros da ST Sociobiodiversidade permaneceram reunidos para debater o Eixo 4 – Desenvolvimento de Alternativas para o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) e outros temas relativos à ST.

## **5. Proposições para a Promoção da Sociobiodiversidade**

Este item procura consolidar as proposições apontadas nas etapas anteriores deste relatório, com vistas a subsidiar a identificação das diretrizes estratégicas e linhas gerais de um Plano de Ação para a nova etapa de promoção da sociobiodiversidade pelo Governo Federal.

Apesar das incertezas e riscos de descontinuidade inerentes a um período de

eleições nos cargos executivos federais e estaduais, considera-se fundamental estruturar este conjunto de proposições para a retomada do tema.

### **5.1 Investir na articulação**

O ponto de partida para que as ações de promoção da sociobiodiversidade sejam retomadas é a repactuação interna no MDA, MMA, MDS e CONAB. É necessário que, ao menos, uma diretoria e um membro da equipe técnica incluam este tema dentre suas pautas de trabalho, ou seja, se disponham a falar sobre este assunto nos fóruns de que fazem parte, a executar as metas e atividades sob sua responsabilidade no plano de ação e a participar de reuniões periódicas junto aos seus pares. A articulação entre os órgãos federais e suas políticas, visando ao acesso dos produtos da sociobiodiversidade aos mercados sustentáveis era o principal diferencial do PNPSB.

E como o Plano de Ação 2011-2014 não foi concluído, a validade de suas metas será analisada pelo subgrupo de trabalho formado na Oficina e, dentre outros itens, ele será usado como ponto de partida para o primeiro planejamento desta nova etapa. Além disso, os antigos promotores do PNPSB se propuseram a apresentar um balanço dos resultados alcançados até 2014 na próxima reunião da ST Sociobiodiversidade.

Algumas ações importantes para superar gargalos na produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade envolvem articulações com órgãos que não fazem parte do grupo gestor desta agenda, por exemplo, MAPA, MDIC, ANVISA, IBGE. Da mesma forma, as articulações dentro de cada ministério precisam ser retomadas. No MMA com ICMBio, IBAMA, SFB, SBF/CGEN. No MDA com INCRA. No MDS com diversas áreas da SESAN. E, se a demanda da garantia de direitos, territórios e políticas de infraestrutura for incorporada, passa a ser necessário se articular com alguns conselhos, comissões e câmaras como: CONDRAF, CAISAN, CNPCT.

Fazer parte da CIAPO pode facilitar o acesso a recursos do orçamento federal, a articulação com outros ministérios e com a Secretaria-Geral da Presidência da República que pode auxiliar no monitoramento das ações.

As instâncias de governança estaduais faziam parte de uma estratégia de integração que evoluiu com velocidades e resultados diferentes em cada estado e foi bastante prejudicada pela descontinuidade do PNPSB. Ainda assim, os participantes da Oficina consideraram essencial que a articulação com as esferas estaduais seja também retomada neste novo cenário. Para isso, será necessário que os promotores federais da agenda da sociobiodiversidade sensibilizem e repactuem com os estados a promoção do tema e proponham instrumentos indutores e de contrapartidas fiscais para incentivá-los a participar, criando e colocando em prática legislações e políticas estaduais que promovam o extrativismo. Também será necessário identificar formas

de integrar as instâncias estaduais de promoção da sociobiodiversidade à estrutura de governança prevista na PNAPO.

Manter as articulações e reconhecer o papel dos movimentos sociais de base são ações fundamentais neste contexto de retomada da promoção da sociobiodiversidade, além de incorporar também representantes de organizações produtivas, como cooperativas e associações aos debates e de retomar o diálogo com o setor empresarial.

## **5.2 Fortalecimento de Políticas Públicas de Apoio à Produção e Comercialização**

Se o objetivo da promoção da sociobiodiversidade, após as análises pactuadas na Oficina, permanecer vinculado ao acesso dos produtos aos mercados sustentáveis, propõe-se o foco em ações que fomentem a estruturação da produção, beneficiamento, comercialização e fortalecimento organizacional.

Os níveis de acesso pelos povos e comunidades tradicionais às políticas públicas de apoio à produção (PRONAF, ATER) e comercialização (PAA, PNAE, PGPM-Bio, Compra Públicas, Compras Institucionais) precisam voltar a ser monitorados. A partir dos primeiros diagnósticos elaborados pelas prestadoras de serviços de ATER Extrativista será possível visualizar a situação em algumas unidades de conservação do Acre e Pará e usá-la para estabelecer a linha de base, apontando se nessas regiões as ações vinculadas à emissão de DAPs, por exemplo, continuam sendo prioritárias. Informações sobre os níveis de acesso às políticas por indígenas, quilombolas e moradores de áreas protegidas em outros estados também precisam ser levantadas.

Operadores de fundos e editais precisam ser sensibilizados a identificar formas de operacionalizar políticas e instrumentos para que os recursos disponíveis cheguem aos povos e comunidades tradicionais.

A promoção da “Rede de Serviços da Sociobiodiversidade” pode ser retomada como uma estratégia de diálogo e de integração dos órgãos públicos e privados vinculados à prestação de serviços de ATER, capacitação, financeiros, de pesquisa e tecnologia para a aplicação das políticas públicas e a superação dos gargalos para a estruturação das cadeias pelas organizações comunitárias.

A incorporação em debates que podem influenciar na ampliação do acesso aos mercados diferenciados e sustentáveis é outra ação a ser realizada, por exemplo, com o CGEN na regulamentação do uso dos recursos naturais e repartição dos benefícios vinculados.

Também foi proposta nas entrevistas e na Oficina a adoção de uma abordagem

pelos promotores da agenda da sociobiodiversidade que contemple a “cesta de produtos”, ou seja, os diversos produtos trabalhados pelos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em suas áreas coletivas ou individuais, valorizando a riqueza dos territórios e de suas cadeias potenciais, em vez de focar os esforços em apenas um produto.

### **5.3 Visibilidade e valorização da sociobiodiversidade**

O aumento na visibilidade do conceito “sociobiodiversidade”, das populações extrativistas e dos produtos vinculados foram impactos positivos muito ressaltados nas entrevistas, ainda que isso, nem sempre tenha gerado melhorias duradouras na comercialização e na qualidade de vida dos envolvidos.

Assim, ainda é necessário continuar investindo em ações que empoderem os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares para que eles decidam as cadeias e mercados prioritários. Por exemplo, a ampliação do consumo dos alimentos produzidos localmente, estimulado por políticas como PAA e PNAE pode incentivar a formação de cadeias de valor mais curtas, em que a maior parte da renda gerada beneficia o extrativista/produtor, a segurança e soberania alimentar e também a economia regional.

De forma complementar, a Praça da Sociobiodiversidade e seu estímulo ao fortalecimento do diálogo com o setor empresarial podem ser retomadas como estratégias para ampliar o acesso aos mercados diferenciados.

Em ambos os casos são necessários investimentos na melhoria da qualidade de produtos e processos, na preparação dos participantes para negociação e, talvez, a retomada das análises para a criação do Selo da Sociobiodiversidade.

## Anexo 1 – Lista de entrevistados

| Entrevistados                          | Instituição   |
|--|---|
| Alan Boccato Franco                    | Ministério do Meio Ambiente-MMA   |
| Álvaro Carrara e Luciano Ribeiro       | Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas-CAA-NM e Rede Cerrado |
| Ana Euler                              | Ponto Focal da Sociobiodiversidade no Amapá                               |
| Arnoldo de Campos                      | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS                 |
| Édel Moraes                            | Conselho Nacional das Populações Extrativistas-CNS                        |
| Edson Barbosa                          | Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará-IDEFLOR                    |
| Eduardo Amaral Borges (Cazuza)         | Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais-PESACRE           |
| Eulinda Lopes                          | Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso-SEMA                           |
| Fábio Reis                             | Rede Juçara   |
| Francisca dos Santos e Rosenilde Costa | Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu-MIQCB             |
| Francisca Marta Barbosa                | Ponto Focal da Sociobiodiversidade no Tocantins                           |
| Gabriel Domingues                      | Ministério do Meio Ambiente-MMA   |
| Gustavo Assis                          | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS                 |
| Haroldo Oliveira                       | Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA                                 |
| Hétel Santos                           | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS                 |
| Ianelli Loureiro e João D'Angelis      | Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB                                 |
| Jacobson Rodrigues                     | Ministério do Meio Ambiente-MMA   |
| Joaquim Belo                           | Conselho Nacional das Populações Extrativistas-CNS                        |
| Larisa Gaivizzo                        | Ministério do Meio Ambiente-MMA   |
| Laura Souza                            | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS                 |
| Manoel Cunha                           | Conselho Nacional das Populações Extrativistas-CNS                        |
| Monica Souza                           | Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA                                 |
| Paulo Gonçalves                        | Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins-APA-TO                 |

**Anexo 2 – Lista de participantes nos dois dias da Oficina de Validação e Retomada da Agenda da Sociobiodiversidade realizada em 5 e 7 de agosto de 2014**

| NOME                            | ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO   | E-MAIL   | TELEFONE                          |
|---------------------------------|---------------------|--|-----------------------------------|
| Alberto Silva                   | MMA/DCBIO           | <a href="mailto:alberto.silva.consultor@mma.gov.br">alberto.silva.consultor@mma.gov.br</a>   | 2028-2543                         |
| Álvaro Alves Carrara            | Rede Cerrado e CAA  | <a href="mailto:carrara3@gmail.com">carrara3@gmail.com</a>   | (38) 9122-8890                    |
| Amaury de Barros Freitas        | MDA                 | <a href="mailto:amaury.freitas@mda.gov.br">amaury.freitas@mda.gov.br</a>   | 2020-0641                         |
| Bruno Filizola                  | Consultor MAPA      | <a href="mailto:brunofiliz@gmail.com">brunofiliz@gmail.com</a>   | 9959-3112                         |
| BRUNO MARANGONI MARTINELLI      | MCT                 | <a href="mailto:bruno.martinelli@mct.gov.br">bruno.martinelli@mct.gov.br</a>   | (61) 2033-8783                    |
| CAMILA CARNEIRO                 | MDS                 | <a href="mailto:camila.carneiro@mds.gov.br">camila.carneiro@mds.gov.br</a>   | (61) 2030-2583                    |
| Carolina Alves Marra            | MDA                 | <a href="mailto:carolina.marra@mda.gov.br">carolina.marra@mda.gov.br</a>   | 2020-0879                         |
| Claudia de Souza                | MDA                 | <a href="mailto:claudia.souza@consultor.mda.gov.br">claudia.souza@consultor.mda.gov.br</a> ;<br><a href="mailto:sclaudiasouzas@gmail.com">sclaudiasouzas@gmail.com</a> | 2020-0406                         |
| Cleide Nascimento de Souza      | CNS                 | <a href="mailto:cnsouza2009@hotmail.com">cnsouza2009@hotmail.com</a>   | (68) 9959-1204                    |
| Clodoaldo Ramos Pontes          | CNS                 | <a href="mailto:clodoaldo.amazonia@gmail.com">clodoaldo.amazonia@gmail.com</a>   | (61) 8351-9807                    |
| DÉBORA MABEL NOGUEIRA GUIMARÃES | INCRA               | <a href="mailto:debora.guimaraes@incra.gov.br">debora.guimaraes@incra.gov.br</a> ;<br><a href="mailto:elaine.melo@incra.gov.br">elaine.melo@incra.gov.br</a>           | (61) 3411-7531<br>3411-7667       |
| EDEL MORAES TENÓRIO             | CNS                 | <a href="mailto:edelmoraes@gmail.com">edelmoraes@gmail.com</a>   | (91) 3229-0055                    |
| Fabiana Godoy Malaspina         | Ministério da Saúde | <a href="mailto:fabiana.malaspina@saude.gov.br">fabiana.malaspina@saude.gov.br</a>   | 3213-8419                         |
| Francisca Marta Barbosa         | Tocantins           | <a href="mailto:matinhabs@yahoo.com.br">matinhabs@yahoo.com.br</a> ;<br><a href="mailto:martafiel2010@hotmail.com">martafiel2010@hotmail.com</a>                       | (63) 3218-2193,<br>9973-6860      |
| GABRIEL DE MENDONÇA DOMINGUES   | MMA                 | <a href="mailto:gabriel.domingues@mma.gov.br">gabriel.domingues@mma.gov.br</a>   | (61) 2028-1011                    |
| HIRAN DE GUSMÃO TRINDADE        | MDA                 | <a href="mailto:hiran.trindade@mda.gov.br">hiran.trindade@mda.gov.br</a>   | (61) 2020-0984                    |
| Humberto Lobo Pennachio         | CONAB               | <a href="mailto:humberto.pennachio@conab.gov.br">humberto.pennachio@conab.gov.br</a>   |                                   |
| Jacobson Rodrigues              | MMA                 | <a href="mailto:jacobson.rodrigues@mma.gov.br">jacobson.rodrigues@mma.gov.br</a>   | 2028-1141                         |
| JOÃO SILVEIRA D'ANGELIS FILHO   | CONAB               | <a href="mailto:joao.dangelis@conab.gov.br">joao.dangelis@conab.gov.br</a> ;<br><a href="mailto:dipai@conab.gov.br">dipai@conab.gov.br</a>                             | (61) 3312-6373<br>3312-6371       |
| JOSÉ AUGUSTO LOPES PEREIRA      | FUNAI               | <a href="mailto:jose.pereira@funai.gov.br">jose.pereira@funai.gov.br</a>   | (61) 3247-6854                    |
| Josemar de Carvalho Ramos       | MMA/DPG             | <a href="mailto:josemar.ramos@mma.gov.br">josemar.ramos@mma.gov.br</a>   | 2028-2577                         |
| Larisa Gaivizzo                 | MMA                 | <a href="mailto:larisa.gaivizzo@mma.gov.br">larisa.gaivizzo@mma.gov.br</a>   | 2028-1669                         |
| Leila Rocha Brickus             | Ministério da Saúde | <a href="mailto:leila.brickus@saude.gov.br">leila.brickus@saude.gov.br</a>   | 3215-0974                         |
| Leonardo Correia                | MMA/SBF             | <a href="mailto:leonardo.correia@mma.gov.br">leonardo.correia@mma.gov.br</a>   | 2028-2546                         |
| MARCIO SILVEIRA ARMANDO         | EMBRAPA             | <a href="mailto:marcio.armando@embrapa.br">marcio.armando@embrapa.br</a>   | (61) 3448-4351                    |
| Maria Consolación Udry          | EMBRAPA             | <a href="mailto:maria.consolacion@embrapa.br">maria.consolacion@embrapa.br</a>   | (61) 3448-4065                    |
| Monica Souza                    | MDA                 | <a href="mailto:monica.souza@consultor.mda.gov.br">monica.souza@consultor.mda.gov.br</a>   | (61) 2020-0935                    |
| PAULO ROGÉRIO GONÇALVES         | APA-TO              | <a href="mailto:apa-to@uol.com.br">apa-to@uol.com.br</a> ;<br><a href="mailto:paulao_pestana@hotmail.com">paulao_pestana@hotmail.com</a> ;                             | (63) 3216-1899                    |
| ROMEU MATTOS LEITE              | CTAO                | <a href="mailto:romeu@yamaguishi.com.br">romeu@yamaguishi.com.br</a> ;<br><a href="mailto:romeumleite@gmail.com">romeumleite@gmail.com</a>                             | (19) 3213-7759                    |
| TATIANA MUNIZ DE SIQUEIRA       | Rede Xique-Xique    | <a href="mailto:redexiquexique@gmail.com">redexiquexique@gmail.com</a> ;<br><a href="mailto:tatianamuniz72@yahoo.com.br">tatianamuniz72@yahoo.com.br</a>               | (84) 3317-6184<br>9945-0136 Zânia |
| Terezinha Dias                  | EMBRAPA             | <a href="mailto:terezinha.dias@embrapa.br">terezinha.dias@embrapa.br</a>   | (61) 9976-5604                    |

## Anexo 3 – Apresentações realizadas na Oficina

### **Oficina de Validação e Planejamento da Retomada da Promoção da Sociobiodiversidade**

Brasília  
05 e 07 de agosto de 2014

#### Objetivo do Relatório

- Revisar e analisar as ações executadas e os resultados alcançados pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) desde seu início, gerando propostas que contribuam para o reposicionamento da agenda da Sociobiodiversidade no âmbito do Governo Federal.

#### Linha do Tempo da Sociobiodiversidade

- Objetivo do PNPSB: *desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis*
- Promotores: MDA, MMA, MDS e CONAB, em parceria com a GIZ
- 2008 – Realização dos Seminários Regionais e Seminário Nacional que envolveram mais de 700 pessoas.
- 2009 – Lançamento do PNPSB pelo Presidente Lula em junho, em Manaus.
- 2011/2012 – Debate entre órgãos de governo e dos movimentos sociais do campo e da floresta para elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).
- 2011/2012 – Envolvimento dos promotores do PNPSB nesse debate; desarticulação e descontinuidade do PNPSB.
- 2012 – Sinergias com PNAPO e perspectiva de incorporação das linhas de ação do PNPSB pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)
- 2013/2014 – Criação da Subcomissão Técnica da Sociobiodiversidade, composta por órgãos governamentais e da sociedade civil.

#### Metodologia do Trabalho

- Abordagem: analítico-descritiva.
- Métodos:
  - levantamento de dados secundários (relatórios, estudos, materiais de divulgação)
  - coleta de dados primários (entrevistas semi-estruturadas previamente elaboradas)
- Amostragem: intencional e não-probabilística. Entrevistas com membros de organizações da sociedade civil e de órgãos governamentais federais e estaduais envolvidos na promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- Análise de Conteúdo: para obter categorias explicativas e "variáveis inferidas" passíveis de serem combinadas em um modelo compreensível, que articule tanto as expectativas quanto as proposições dos entrevistados para a continuidade da promoção da agenda da sociobiodiversidade, sem desprezar os aprendizados da etapa anterior.

#### Objetivo da Oficina

- Análise e validação das propostas elaboradas a partir do levantamento de dados e entrevistas para planejamento das ações de retomada da agenda da sociobiodiversidade

#### Atividades Previstas

1. Levantamento de relatórios, análises, estudos, materiais de divulgação e outros textos produzidos para subsidiar as ações do PNPSB, com o intuito de montar um "Banco de Dados da Sociobiodiversidade".
2. Realização de entrevistas com representantes de organizações de sociedade civil e de órgãos governamentais federais e estaduais para coletar suas percepções sobre os resultados anteriores e suas propostas e expectativas para a retomada da promoção da sociobiodiversidade.
3. Condição de uma oficina de validação e planejamento dos próximos passos com os órgãos governamentais promotores da agenda e representantes de organizações de sociedade civil (a ser realizada em 5 e 7/8).

#### Contexto

- Todos os membros das diretorias que compunham a antiga Coordenação do PNPSB e a maioria dos membros da Equipe Técnica não exercem mais suas atividades anteriores. Alguns ainda mantêm vínculos ao tema da sociobiodiversidade, mas estão em outras funções.
- O PNPSB não foi oficialmente encerrado. A falta de retorno às demandas e a paulatina descontinuidade da implementação de suas ações, pelos órgãos federais responsáveis, levou-o ao descrédito por parte dos parceiros nos estados.
- Há sinergia entre a agenda da promoção da sociobiodiversidade com as metas, eixos e iniciativas do PLANAPO.

#### Banco de Dados da Sociobiodiversidade

- Organização de estudos e relatórios prévios à criação do PNPSB, além das diversas análises, avaliações, mapas, planos de ação, balanços de atividades realizadas e outros materiais, inclusive de divulgação, elaborados de 2007/2008 a 2012 pelo Governo Federal, estados e organizações da sociedade civil envolvidas.
- São quase 5 mil arquivos que foram compilados e organizados com o intuito de torná-los úteis e acessíveis para os novos gestores da agenda da sociobiodiversidade e para os demais interessados no tema.

### Estrutura do Banco de Dados

- Banco de Dados Sociobiodiversidade
  - 1. Subtítulo para Criação do PNPSB
    - 1.1. Seminários Regionais
    - 1.2. Seminário Nacional
    - 1.3. Primeiro Análise das Cadeias - 2009
    - 1.4. Informações Gerais
  - 2. Cadeias Prioritárias
    - 2.1. Cadeia do Brasil
    - 2.2. Cadeia do Café
    - 2.3. Estudos de Caso para Diversas Cadeias
  - 3. Estrutura de Governança do PNPSB
    - 3.1. Gestão e Estrutura Executiva
    - 3.2. Instâncias Estaduais
    - 3.3. Portal da Sociobiodiversidade
    - 3.4. Monitoramento do Plano de Ação
  - 4. Plano de Sociobiodiversidade
    - 4.1. Origem
    - 4.2. Concepção do Plano
    - 4.3. Momento de Desenvolvimento
    - 4.4. Diálogo com Setor Empresarial
    - 4.5. 2009 - Fórum Setor Empresarial - PDS 10
    - 4.6. 2009 - Articulação com Setor Empresarial - Estudos Minerais
    - 4.7. 2010 - Banco de Dados Farmacêuticos e Cosméticos
    - 4.8. Relações com Setor Empresarial
    - 4.9. Relação Empresas Empresários Empreendedores
  - 5. Rede de Serviços
    - 5.1. 2009 - Encontro de Constituição da Rede de Serviços
    - 5.2. 2015 - Gestão
- 6. Políticas Públicas Atuais
  - 6.1. PNPBS
  - 6.2. PAA
  - 6.3. MIPBAC
  - 6.4. MDA
  - 6.5. OABs Federais
- 7. Outros Produtos (cont.)
  - 7.1. 2007 - Rede de Agenciamentos de Assistência - Officia Ministério
  - 7.2. 2009 - Offs Agência Implementadoras - João Paulo
  - 7.3. 2009 - Offs Fomento M. AMFA - Fabio Melo
  - 7.4. 2009 - Offs Fomento M - Marcel Tosta
  - 7.5. 2012 - Offs Fomento M. S. Paulo / SP - Renato dos Santos de Castro/SP/SP/SP
  - 7.6. 2012 - Offs Fomento M. São Paulo de São Paulo - Sérgio Calabrese
  - 7.7. 2012 - Offs Fomento M. São Paulo - Renato dos Santos
  - 7.8. Agenciamento Offs Offs
  - 7.9. Plataformas
  - 7.10. 2011
  - 7.11. 2011
  - 7.12. 2011

## Banco de Dados da Sociobiodiversidade

- Destaques:**
  - PNPSB se originou a partir da demanda da sociedade civil organizada.
  - Diversos produtos e cadeias potenciais foram identificados nos seminários regionais. Dez deles foram mapeados e analisados em territórios específicos.
  - Cadeias da castanha-do-brasil (Amazônia) e do coco/babacu (Cerrado) - símbolos da importância e, por outro lado, da invisibilidade do extrativismo, pois ambas envolviam uma grande quantidade de pessoas, com acesso precário às políticas públicas de apoio à produção e comercialização.
  - O termo "produtos da sociobiodiversidade" foi cunhado a partir dos seminários regionais.
  - Desde 2009, a Coordenação do PNPSB, trabalhou a partir de Planos de Ação, com metas, atividades, responsáveis e prazos. Com reuniões periódicas para acompanhar o andamento dessas ações. Ao final de cada ano eram divulgados Balancos das Ações Realizadas.
  - Diferencial do PNPSB, refletido em seus planos de ação, era a articulação entre os órgãos federais e suas políticas.
  - Articulações dentro de cada ministério precisam ser retomadas - MMA com ICMBio, SFB, CGEN, MDA com INCRA, MDS com diversas áreas da SESAN.

| Objetivo | Descrição   | Responsável | Estado | Atualizado |
|----------|---|-------------|--------|------------|
| 1.1      | Elaborar o plano de ação para 2010 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2010       |
| 1.2      | Elaborar o plano de ação para 2011 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2011       |
| 1.3      | Elaborar o plano de ação para 2012 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2012       |
| 1.4      | Elaborar o plano de ação para 2013 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2013       |
| 1.5      | Elaborar o plano de ação para 2014 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2014       |
| 1.6      | Elaborar o plano de ação para 2015 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2015       |
| 1.7      | Elaborar o plano de ação para 2016 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2016       |
| 1.8      | Elaborar o plano de ação para 2017 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2017       |
| 1.9      | Elaborar o plano de ação para 2018 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2018       |
| 1.10     | Elaborar o plano de ação para 2019 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2019       |
| 1.11     | Elaborar o plano de ação para 2020 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2020       |

| Objetivo | Descrição   | Responsável | Estado | Atualizado |
|----------|---|-------------|--------|------------|
| 2.1      | Elaborar o plano de ação para 2010 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2010       |
| 2.2      | Elaborar o plano de ação para 2011 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2011       |
| 2.3      | Elaborar o plano de ação para 2012 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2012       |
| 2.4      | Elaborar o plano de ação para 2013 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2013       |
| 2.5      | Elaborar o plano de ação para 2014 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2014       |
| 2.6      | Elaborar o plano de ação para 2015 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2015       |
| 2.7      | Elaborar o plano de ação para 2016 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2016       |
| 2.8      | Elaborar o plano de ação para 2017 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2017       |
| 2.9      | Elaborar o plano de ação para 2018 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2018       |
| 2.10     | Elaborar o plano de ação para 2019 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2019       |
| 2.11     | Elaborar o plano de ação para 2020 com foco em 10 produtos prioritários, integrando um total de R\$ 30 milhões. | Coordenação | SP     | 2020       |

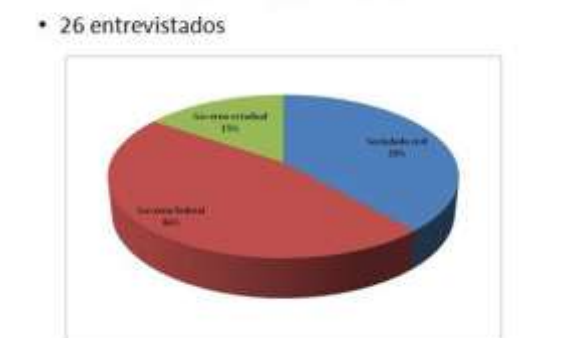
## Banco de Dados da Sociobiodiversidade

- Destaques:**
  - Articulações com outros órgãos importantes como MADE e ANVISA, foram iniciadas, mas ainda precisam de investimento de tempo e análises para alcançar os resultados esperados.
  - Papéis das instâncias de governança estaduais: cada estado identificar e articular seus órgãos e políticas com foco na sociobiodiversidade; disseminação de informações; diálogo institucional.
  - A Praca da Sociobiodiversidade surgiu a partir das experiências e lições aprendidas no tema da promoção comercial pela Sala Andes Amazônia e pela Sala Caatinga Cerrado.
  - O aumento na visibilidade do conceito "sociobiodiversidade" e dos produtos extrativistas está vinculado a essa estratégia, bem como o fortalecimento do diálogo com o setor empresarial.
  - PAA, PGPB-Bio, PNAE e PRONAF eram as principais políticas articuladas pelas ações do PNPSB.
  - A PGPB-Bio foi criada em 2009 a partir dos debates do PNPSB. Ela surgiu com os preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade. Nesse mesmo contexto foi criada a Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade na CONAR.

## Banco de Dados da Sociobiodiversidade

- Destaques:**
  - "Rede de Serviços" da sociobiodiversidade surgiu dos encontros, seminários e oficinas promovidos pelo PNPSB com cooperativas e associações e prestadores de serviços de ATER, capacitação, bancos e instituições de pesquisa. Foi oferecido para essa Rede um curso virtual sobre políticas públicas.
  - Demandas por editais de ATER diferenciados por região, público e produtos prioritários e CNS e MDCB se tornaram emissores de DAP.
  - MMA atuou na implementação de IOAPL em territórios e produtos específicos do Norte e Nordeste.
  - O Portal da Sociobiodiversidade ficava hospedado no Portal do MDA e foi amplamente utilizado como uma ferramenta de comunicação, capacitação e armazenamento de informações tanto pela Coordenação do PNPSB quanto pelas instâncias estaduais.
  - Propõe-se que o "Banco de Dados da Sociobiodiversidade" seja vinculado a uma plataforma nos mesmos moldes do antigo Portal e seja associada às ferramentas disponíveis nas redes sociais para disseminar toda a riqueza de informações e experiências vinculadas ao tema.

## Entrevistas - Perfil



## Entrevistas - Categorias

- Fortalecimento dos atores de todos os elos das cadeias/Acesso aos mercados
- Importância da articulação interministerial
- Inclusão em políticas públicas de apoio à comercialização e produção (ATER, PAA, PGPB-Bio, PNAE, Feiras)
- Visibilidade, valorização dos produtos e reconhecimento nacional do extrativismo
- Importância da articulação do estados
- Política de promoção da sociobiodiversidade se originou da pressão/articulação das bases/movimentos sociais
- Garantia de direitos/territórios/ações estruturantes

## Entrevistas - Categorias

### Fortalecimento dos atores de todos os elos das cadeias/Acesso aos mercados

- Categoria com maior frequência. Considerado o principal impacto do PNPSS, mas ainda precisa ser mantido nesta nova etapa, uma vez que várias das ações precisam ser novamente articuladas e impulsionadas.
- Novas oportunidades para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade como "Compras Públicas da Agricultura Familiar" e "Compras Institucionais", ambas operadas pelo MDS.
- É necessária a definição de estratégias e esforços para o acesso aos mercados diferenciados, como investimentos na melhoria da qualidade de produtos e processos e a retomada das análises para criar o "Selo da Sociobiodiversidade".
- Outro gargalo crucial vinculado aos mercados é a retomada do diálogo com o setor empresarial e a definição das regras de acesso aos recursos genéticos e de repartição de benefícios. A articulação com o CGEN e a colocação deste tema em pauta precisa ser uma prioridade para os promotores da agenda da sociobiodiversidade.

## Entrevistas - Categorias

### Importância da articulação interministerial (2)

- FNAPO já possui estrutura de governança definida em duas instâncias complementares: a **CIAPO**, composta por 10 ministérios e a **CHAPO**, um espaço de diálogo, participação e controle social paritário entre governo e sociedade civil. Há também 6 subcomissões técnicas vinculadas à CHAPO, entre elas, a de Sociobiodiversidade.
- Dentre os 10 ministérios que compõem a CIAPO estão os antigos promotores do PNPSS, que podem sugerir a criação de "Câmara Técnica da Sociobiodiversidade" como instância de articulação e gestão da agenda da sociobiodiversidade a partir de 2014. Além disso, a participação na CIAPO pode facilitar a articulação com outros ministérios com impactos importantes sobre o tema como MARA e Ministério da Saúde.
- Secretaria executiva, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República pode auxiliar no monitoramento das ações da Câmara Temática da Sociobiodiversidade.
- Necessário estabelecer a interação entre a subcomissão técnica da Sociobiodiversidade e outras com interfaces importantes como a de Fomento e Crédito.

## Entrevistas - Categorias

### Inclusão em políticas públicas de apoio à produção e comercialização (PRONAF, ATER, PAA, PGPB-Bio, PNAE, feiras)

- Ampliação no acesso do público extrativista às políticas públicas de apoio à produção e comercialização foi influenciado pelas ações executadas pelos membros do PNPSS.
- Seminários Regionais apontaram que um dos principais gargalos para o acesso às políticas públicas pelos extrativistas era a falta de documentação básica e de Datas gerando reuniões de sensibilização e apresentação de dados sobre o extrativismo para outros órgãos federais e de ATER; reuniões de emissão de documentação básica e Datas; editais para contratação de ATER diferenciadas e com demandas específicas e diferenciadas por região; inclusão do CNS e do MIQCR como emissores de DAP, etc.
- A criação e operação de PGPB-Bio pela CGEN também foram consideradas vitórias importantes, bem como a possibilidade de acesso dos extrativistas ao PAA e ao PNAE.
- Se não forem retomadas ações articuladas para ampliar o acesso às políticas públicas, as cadeias de produtos da sociobiodiversidade tendem à estagnação, pois não possuem recursos e estrutura suficientes para acessar o mercado de forma sustentável.
- Representantes de cooperativas e associações incorporados às discussões para a gestão da promoção da sociobiodiversidade, uma vez que eles podem apontar os gargalos prioritários para o acesso às políticas públicas visando aos mercados.
- Adoção de políticas com uma abordagem que contemple os diversos produtos trabalhados nas áreas coletivas ou individuais, valorizando a riqueza dos territórios e de suas cadeias potenciais.

## Entrevistas - Categorias

### Importância da articulação dos estados

- Promoção da sociobiodiversidade influenciou positivamente na inclusão do tema nos discursos ou em ações pontuais nos estados, ressaltou-se que ainda é necessário investir em sua internalização pelos governos, pois ainda não há recursos dos PRAs.
- A articulação com os estados também foi prejudicada pela descontinuidade das ações do PNPSS. Necessário sensibilizar e repactuar com os governos estaduais e, paralelamente, a criação de instrumentos indutores e de contrapartidas fiscais podem ser incentivos.
- Organizações da sociedade civil reivindicam que instâncias estaduais sejam mais ativas e pressionem os órgãos responsáveis para que coloquem em prática legislações e políticas estaduais de promoção do extrativismo.
- Se **CIAPO** e **CHAPO** incorporarem a promoção da sociobiodiversidade será necessário identificar formas de integrar as instâncias de governança estaduais e esse novo cenário.

## Entrevistas - Categorias

### Importância da articulação interministerial (1)

- A articulação entre o MDA, MMA, MDS e CONAB era o principal motivo para os avanços alcançados na promoção da sociobiodiversidade. A disposição ao diálogo e a definição e acompanhamento conjunto de metas geraram oportunidades de avançar resultados e integrar recursos que não existiam quando cada um atuava isoladamente.
- A proposta de retomada da promoção da sociobiodiversidade com a re-articulação interministerial foi considerada positiva, com possibilidade do atendimento a expectativas não cumpridas e da continuidade da execução de um plano de ação que não foi encerrado. Construindo uma proposta, a partir do que lá existe antes, sem desprezar diagnósticos e mapeamentos, atores e parceiros envolvidos na etapa anterior.
- A vinculação de agenda de sociobiodiversidade à de agroecologia e produção orgânica através do PLANAPO também é vista como adequada, uma vez que há sinergias entre os públicos-alvo e se espera que este novo plano tenha recursos assegurados pelo PRA.

### Metas, Eixos e Iniciativas do PLANAPO que citam extrativismo, agroextrativismo, sociobiodiversidade, manejo, espécies nativas ou PFNM

| Eixos                                      | Metas | Iniciativas             |
|--|-------|-------------------------|
| 1 - Produção                               | 2     | 3 e 5                   |
|  | 6     | 2                       |
|  | 7     | 1                       |
| 2 - Uso e Conservação de Recursos Naturais | 9     | 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 |
|  | 10    | 5, 6                    |
|  | 11    | 4, 5, 8                 |
| 3 - Conhecimento                           | 12    | 3                       |
|  | 13    | 8                       |
|  | 14    | 4, 6, 9                 |

## Entrevistas - Categorias

### Visibilidade, valorização dos produtos e reconhecimento nacional do extrativismo

- O reconhecimento das populações e dos produtos extrativistas nacionalmente foi uma vitória que se construiu a partir da pressão das bases, antes e durante os Seminários Regionais e se consolidou com a criação da Praça da Sociobiodiversidade como vitrine.
- Valorização dos produtos levou as principais cooperativas de comercialização de castanha-do-brasil a priorizar o agregação de valor visando ao mercado nacional, em vez de venda da castanha in natura para outros países. Com isso, os extrativistas passaram a ser mais bem remunerados.
- Necessário reconhecimento institucional dos produtores extrativistas:
  - Dados que caracterizam espécie, abrangência, quantidade produzida e número de pessoas envolvidas, não são visualizados diretamente nos campos do Censo Agropecuario do IBGE.
  - Muitos óleos, essências e fibras de produtos florestais não-madeireiros não possuem NCM (Classificação Comum do MERCOSUL) e acabam sendo contabilizados como "Outros" quando comercializados.
  - A insegurança jurídica gerada pela extinção do CGEN nas análises dos processos de acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios reduz o interesse das empresas pelos produtos da sociobiodiversidade e, em vez de contribuir para a proteção ou uso sustentável dos recursos naturais, incentiva a busca de atividades alternativas pelos moradores das florestas.

## Entrevistas - Categorias

### Política de promoção da sociobiodiversidade se originou da pressão/articulação das bases/movimentos sociais

- Papel relevante dos movimentos sociais de base desde o concepção do PNPSS em 2007/2008, durante os principais momentos de sua execução e na proposição da retomada do tema em 2014.
- **CNS** e **MIQCR** vêm mostrando sua força de articulação e, junto com a Rede Juçara e a Rede Ceirão, se integraram à Subcomissão Técnica da Sociobiodiversidade da CHAPO, reivindicando a definição do governo federal quanto à continuidade da promoção da agenda da sociobiodiversidade, situação que demonstra que o pacto da sociedade civil que existia com o PNPSS precisa ser alimentado e renovado nesta nova etapa da promoção da sociobiodiversidade.

## Entrevistas - Categorias

### • Garantia de direitos/territórios/ações estruturantes

- Os temas da garantia de direitos, de territórios e de implantação de políticas e ações estruturantes nas áreas de saúde, educação, infraestrutura de energia elétrica e saneamento, logística, entre outras são demandas permanentes da sociedade civil.
- Por sua amplitude, apenas as interfaces com parâmetros no manejo, produção, beneficiamento e comercialização foram contemplados nos planos de ação anteriores.
- Para que a promoção da sociobiodiversidade atinja a valorização dos produtos e utilize bem os escassos recursos disponíveis, propôs-se a construção de uma forte articulação junto às instâncias interministeriais já constituídas, cuja função legal incluía a discussão desses temas e a resolução dos problemas vinculados, por exemplo, o CONDRAF e a CHPCT.
- Nesta situação, a função dos promotores de agenda da sociobiodiversidade seria de organizar as demandas existentes, se articular àqueles que têm obrigação de respondê-las e monitorar os avanços, catalisando resultados.

## Proposições

### 2. Fortalecimento de Políticas Públicas de Apoio à Produção e Comercialização

- Estruturação da produção, beneficiamento, comercialização e fortalecimento organizacional.
- Retomada do monitoramento dos níveis de acesso dos extrativistas às políticas públicas de apoio à produção (PRONAF, ATER) e comercialização (IPA, PNAE, PGPB-Bio). Estabelecer a linha de base, com a quantidade atualmente acessada para definir novas metas, verificando se algumas ações, como a emissão de DAPs, continuam prioritárias.
- Negociação de formas inovadoras de operacionalizar políticas, fundos, editais e outros instrumentos e recursos para o extrativismo.
- Retomada da promoção da Rede de Serviços como uma estratégia de diálogo e de integração dos órgãos públicos e privados de prestação de serviços de ATER, capacitação, financeiros, de pesquisa e tecnologia.
- Articulação com novas oportunidades para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade como o programa de "Compras Públicas da Agricultura Familiar" e de "Compras Institucionais".
- Incorporação em debates que podem influenciar na ampliação do acesso aos mercados sustentáveis, por exemplo, com o CGEN na regulamentação do uso dos recursos naturais e repartição dos benefícios vinculados.
- Identificação de abordagens inovadoras que contemplem os diversos produtos trabalhados nas áreas coletivas ou individuais, em vez de apenas um produto por vez.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DIRETORIA DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

TOCANTINS

PONTO FOCAL: SEAGRO/FRANCISCA MARTA



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DIRETORIA DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

### HISTÓRICO

- 2010 – Criação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade
- 2010 – Criação do GT do Babaçu
- 2010 – visitas as comunidades de quebradeiras de coco -
- 2011- 16/06/ Primeira reunião da CT da Sociobiodiversidade

## Proposições

### 1. Investir na articulação

- Repetição interna no MDA, MMA, MDS e CONAB – secretarias, diretorias, gerências
- Articulação entre os órgãos federais e suas políticas
- Revisão do último Plano de Ação elaborado e usá-lo como ponto de partida para o primeiro planejamento desta nova etapa
- Articulações com outros órgãos, como MAPA, MDIC, ANVISA, IBGE. E articulações em cada órgão precisam ser retomadas.
- Se a demanda da garantia de direitos, territórios e políticas de infraestrutura for incorporada, articulação também com conselhos como CONDRAF, CHPCT.
- Incorporação ao PLANAPO pode facilitar o acesso a recursos do PRA federal, a articulação com outros ministérios e com a Secretaria-Geral da Presidência da República, auxiliando no monitoramento.
- Identificação de formas de integrar instâncias estaduais e esse novo cenário.
- Sensibilização e repactuação com os estados para promoção do tema, propondo instrumentos indutores e de contrapartidas fiscais para incentivá-los a criar e colocar em prática legislações e políticas estaduais que promovam o extrativismo.
- Fortalecimento das articulações e reconhecimento do papel dos movimentos sociais de base, incorporando também representantes de cooperativas e associações aos debates.

## Proposições

### 3. Visibilidade e valorização da sociobiodiversidade

- Aumento na visibilidade do conceito "sociobiodiversidade", das populações extrativistas e dos produtos que elas trabalham foram impactos positivos, ainda que isso, nem sempre tenha gerado melhorias duradouras na comercialização e na qualidade de vida dos envolvidos.
- Investimento contínuo em ações que empoderem os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares para que eles decidam as cadeias e mercados prioritários.
- Retomada da Praça da Sociobiodiversidade e estímulo ao fortalecimento do diálogo com o setor empresarial como estratégias para ampliar o acesso aos mercados diferenciados.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DIRETORIA DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

### HISTÓRICO

- 2006 – Seminário Regional
- 2008 – Oficina APL do Babaçu
- 2009 – PNP5B
- 2010 – Oficinas para construção da proposta do instrumento de estruturação da câmara técnica e GT



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
DIRETORIA DE FOMENTO À AGRICULTURA FAMILIAR

- Articulação com os setores da cadeia do babaçu
- Inclusão do APL do Babaçu na meso região do Bico e Território da Cidadania
- Projeto arte norte - SEBRAE
- Lei do babaçu livre em discussão
- Construção de 800 casas para as quebradeiras de coco
- Missão técnica no Maranhão para conhecimento de tecnologias para o Babaçu
- Elaboração do manual de boas práticas e manejo do Babaçu-Teresina



#### DESAFIOS

- Regularização Fundiária da RESEX
- Organização das comunidades das quebradeiras
- Fortalecimento da Câmara Técnica da sociobiodiversidade
- Construção de ações para sociobio no PPA Estadual
- Acesso a DAP
- Assistência técnica de qualidade e voltada para a sociobiodiversidade
- Sistema de inspeção – municipal, estadual – SUASA



#### DESAFIOS

- Encontro Estadual das mulheres agricultoras Familiares- 300 mulheres
- Encontro da missão técnica para definição das tecnologias do babaçu
- Parceria com Secretaria da educação para utilização dos produtos da sociobiodiversidade na merenda escolar.
- Agroindústria de sabonete de babaçu em São Miguel-TO, finalização do processo – MI



#### Em 2012

- Realização em Palmas-TO da Oficina da Sociobiodiversidade para definir ações sobre a Missão Técnica do Aproveitamento Integral do Coco Babaçu e Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do Tocantins.
- III encontro Estadual das Agricultoras Familiares com a participação de mais de 300 mulheres. E que nas vitrines dos produtos da sociobiodiversidade foram divulgados e comercializados os produtos do babaçu, buriti, capim dourado e de fibra banana. Além das diversas palestras informando sobre as políticas públicas para sociobiodiversidade, crédito rural e direitos da mulher.
- Reunião da Câmara Técnica em Divinópolis-TO, Território APA Cantão com a presença do Gerente de Extrativismo João Dangeis e o consultor do MMA Fabé.



#### 2013

- Praça da Sociobiodiversidade na AGROTINS – Feira Agrotecnológica de Palmas.
- Reunião em Carrasco Bonito-TO com Roberto Vicentini, presidente do ICMBio sobre a RESEX do Tocantins.
- Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade em Carrasco Bonito-TO para discutir a regularização da RESEX com a presença do Técnico do ICMBio de Brasília, Clebson e Oficina do Plano Estadual de Florestas;
- Festa da Mangaba em Goianorte, Território Médio Araguaia



#### 2014

- Reunião da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade em Novo Acordo-TO, Território do Jalapão e conferência regional da economia solidária.
- AGROTINS 2014 – Portal da Agricultura Familiar – Produtos da Sociobiodiversidade, artesanato e alimentos – Babaçu, Buriti, Capim dourado, pequi, mangaba etc...
- Reunião na EMBRAPA para discutir unidade demonstrativa da Mangaba – Projeto Mangaba -



#### Composição da Câmara Técnica dos Produtos da Sociobiodiversidade

|   |            |
|---|------------|
| FETAET  | INCRÁ      |
| CASB  | DFDA       |
| MIQCB   | CONAB      |
| ASMUBIP   | RuralTins  |
| Coordenação de Mulheres do Jalapão                      | SEAGRO     |
| MERGOSCIPI  | SFA        |
| Associação das Mulheres Agroextrativistas da APA Cantão | NATURATINS |
| ARENTE  | SEBRAZ     |
| STR de Carrasco Bonito                                  | SENAR      |
| FAERTO  | UNITINS    |
| RURALNORTE  | EMBRAPA    |



#### Pontos Positivos

Construção de ações voltadas para a realidade do Tocantins, E com a capacitação dos Pontos Focais e das organizações da sociedade civil organizada, os encontros nacionais, a troca de experiências, os cursos, proporcionaram maior conhecimento acerca da visão da Sociobiodiversidade e um maior entrosamento com as comunidades e seus problemas.

Construção de ação no PPA 2012/2015 – Apoio às Famílias Agroextrativistas

Intercâmbio entre os diversos estados e setores da cadeia dos produtos da Sociobiodiversidade.



#### Pontos Positivos

a realização dos encontros e reuniões dos representantes da sociedade civil organizada e instituições governamentais nos diversos territórios de identidade rural e da cidadania (APA Cantão, Bico do Papagaio, Jalapão), possibilitando maior interação entre os parceiros e a população, bem como a divulgação das políticas públicas voltadas para a sociobiodiversidade e agricultura familiar.

Portal da Sociobiodiversidade - site

Criação e Formalização dos Pontos Focais



#### Pontos Negativos

A desarticulação a nível nacional da coordenação e que fragilizou a nível estadual em que muitos estados pararam as discussões acerca da Sociobiodiversidade

As propostas de missão técnica das tecnologias do Babaçu apresentadas para a coordenação nacional até hoje estão sem respostas e sem continuidade

A estrutura proposta e discutida a nível nacional para a sociobiodiversidade, o conselho Nacional ou Câmara Técnica nacional ficou no papel.

O fim do site e portal da Sociobiodiversidade

Os estados e gestores não assimilaram o conteúdo e a importância do Plano Nacional dos Produtos de Sociobiodiversidade



#### Propostas para retomada

- Novamente uma articulação a nível nacional e agora com maior participação dos estados, com suas realidades e experiências, onde instituições governamentais e sociedade civil organizada possam trocar suas experiências.
- Revitalização e retorno do portal da sociobiodiversidade, ou algo semelhante.
- Governo Federal e Estadual cumprindo seu papel no que se refere as políticas públicas, trazer essa discussão e assumir aquilo que foi definido no plano e nas discussões com os estados e sociedade civil organizada.



#### Propostas para retomada

- Fazer uma análise da situação de cada cadeia e de cada produto Sociobio, avaliar as políticas públicas que foram criadas a partir do plano nacional.
- Construir um Plano de ação Nacional para que a nível dos estados, principalmente porque muitos estão desarticulados, possamos retornar às discussões e a implementação das ações.
- Além disso seria muito importante discutir a própria estrutura da Sociobio, como a coordenação, quais ministérios estarão participando, enfim tudo que se refere o organizacional e operacional.

Marta Barbosa

Ponto Focal da Sociobio do Tocantins/SEAGRO

Muito obrigada!



## Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Babaçu da região do Bico do Papagaio -TO

ASMUBIP  
APA-TO

### Desafios apresentados pelas quebradeiras do Bico do Papagaio

- Aperfeiçoamento dos procedimentos para a coleta e extração dos produtos, com destaque para o mesocarpo e azeite.
- Ampliar o acesso aos mercados formais e institucionais.
- Construção de uma política de comercialização mais clara e construída conjuntamente com a base.
- Investir em pessoas específicas para assumir o processo de comercialização.
- Tornar os empreendimentos auto-sustentáveis.
- Formação das coordenadoras e diretoras em temas mais específicos, relacionados a gestão de empreendimentos solidários e comercialização de produtos.
- Garantia de assessoria técnica-organizacional mais permanente.
- Tornar mais conhecido o uso de produtos como o mesocarpo na alimentação.
- Promover o reconhecimento do valor econômico, social e ambiental do babaçu pela sociedade em geral e pelo poder público.
- Reduzir a derrubada dos babaçuais.

### Projeto em execução

- Promover o fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu, através da organização da produção dos núcleos produtivos, do aproveitamento diversificado e da adoção de práticas que contribuam para a agregação de valor e para o acesso aos mercados dos produtos e subprodutos do babaçu de forma que alie geração de renda, respeito e valorização dos conhecimentos tradicionais das quebradeiras de coco, manejo sustentável e preservação dos babaçuais.

### Objetivos Específicos

- A.1- Fortalecer a organização e gestão dos núcleos produtivos das quebradeiras de coco babaçu e sua organização – ATER – Técnica da/na ASMUBIP
- A.2- Aperfeiçoar as práticas de coleta e processamento dos produtos e subprodutos do babaçu – Implantação de infra-estrutura de processamento (PDA, Fundo Babaçu – F. Ford)
- A.3- Ampliar as possibilidades e o acesso aos mercados dos produtos e subprodutos do babaçu – PAA, PNAE, mercado e feiras locais – Pesquisa de mercado
- A.5 – Produzir materiais para divulgar e promover os produtos e sub-produtos do babaçu.

**Núcleo Gestor DA CADEIA PRODUTIVA DO PEQUI OUTROS FRUTOS DO CERRADO**

## Histórico

- Iniciativas isoladas da agricultura familiar.
- Lei Pró-Pequi – Lei Estadual 13.965/2001 e decreto regulamentador 42.646/2002.
- Seminário empreendimentos econômicos nativos do norte de Minas.

### Núcleo do Pequi:

- **2008:** Oficina do PNPPSB (Plano Nacional de Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade) do MMA em parceria com associações, cooperativas e instituições de apoio.

**Mapeamento da cadeia do pequi Agosto de 2008**

### Localização do Arranjo Produtivo Local APL-Pequi

Municípios envolvidos: Montes Claros, Januária, Chapada Gaúcha, São João da Lagoa, Buritizeiro, Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Lontra, Japonvar, Várzea da Palma, Coração de Jesus, Ponto Chique, São Francisco.

• A região norte de Minas Gerais é produtora de 22,34% da produção total brasileira de amêndoas de pequi (Tabela 1)\*.

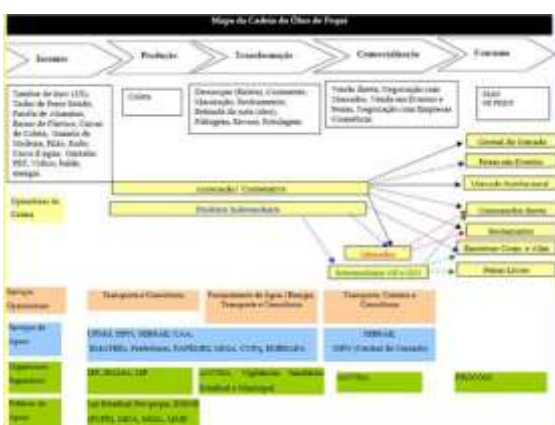
Tabela 1. Quantidade Produzida e Valor da Produção de Amêndoas de Pequi\*

| Região                       | Quantidade Produzida de Amêndoas de Pequi (toneladas) (IBGE, 2006) | Porcentagem em relação ao país (%) | Valor da Produção de Amêndoas de Pequi (mil reais) (IBGE, 2006) | Porcentagem relativa ao país (%) |
|------------------------------|--|------------------------------------|---|----------------------------------|
| Brasil                       | 5.350  |                                    | 4.863   |                                  |
| Minas Gerais                 | 1.657  | 30,97                              | 1.690   | 34,75                            |
| Norte de Minas               | 1.195  | 22,34                              | 1.400   | 28,79                            |
| Municípios de atuação direta | 471  | 8,80                               | 518   | 10,65                            |

\* ELABORAÇÃO: RENEZIL APREÇO. Centro Estadual de Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade do Distrito Sulmineiro e o CENAP de Cooperativas de Pequi em Januária, MG. 2008. 02/2007/14/03

### Importância Econômica do Pequi

- **Japonvar:**
  - 240 caminhões
  - 120.000 Caixas
  - 3.000 ton. de pequi
  - R\$ 1.050.000,00 (PGPM)
- **IBGE(2009): em Minas Gerais**
  - 1.817 ton. de pequi
  - R\$ 2.995.000,00



### O Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos do Cerrado é formado por organizações que trabalham para o fortalecimento da cadeia produtiva do pequi e outros frutos do Cerrado no Norte de Minas Gerais:

- **Japonvar:** COOPERJAP;
- **Chapada Gaúcha:** Coop Sertão Veredas;
- **Buritizeiro:** Movimento Graal do Brasil/ Chico Fulô, Jatobá/Cepave/Gerais do Calixto;
- **Várzea da Palma:** COOPERVELHAS;
- **Rio Pardo de Minas:** COOPAAB, COOPAV;
- **Januária:** COOPAE;
- **Montes Claros:** COOPESE, COOP.Grande Sertão;
- **Ponto Chique:** Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mariana e Manteiga;

- CAA-NM
- IDENE;
- UFMG;
- SEBRAE
- ISAM;
- EMATER-MG;
- Unimontes;



## POTENCIALIDADES

- Conhecimento Tradicional
- Capital Social
- Cultura Local/Regional
- Demandas do mercado
- Potencial Produtivo da Região
- Iniciativas das cooperativas/associações
- Meio de inclusão social

## OPORTUNIDADES

- Políticas Públicas: PAA, PNAE, PGPM(Bio), PCT's.
- Parceria entre organizações de agricultore(a)s, universidades e centros de pesquisas.
- Conselho Pró-Pequi/MG (Lei Pró-Pequi 13965/2001) - elo entre políticas municipais e federais no âmbito do bioma Cerrado.
- Feiras e mercados locais.

## DIFICULDADES:

- Acesso à terra e território.
- Capital de Giro.
- Mão-de-obra qualificada.
- Recursos para investimento.
- Estrutura adequada (Legislação Sanitária).
- Legislação Tributária.
- Dificuldade de logística na produção e comercialização
- Gestão de iniciativas coletivas de produção, beneficiamento e comercialização.

## Produtos do APL



## Medida de Desenvolvimento

### Manejo Sustentável nas Florestas do Marajó



## Área de atuação da Medida:

Reserva Extrativista Mapuá (6raves)

Reserva Extrativista Terra Grande - Pracuúba

(Curralinho e São Sebastião da Boa Vista)

Áreas de influência (RESEX Gurupá-Melgaço)



## Parceiros e Contribuições



## Objetivo da Medida e Linhas de Ação

Melhoria da Qualidade de Vida nas comunidades das RESEX Mapuá e Terra Grande-Pracuúba a través do Manejo Sustentável dos Recursos Naturais

### Linhas de Ação



## 1. Linha de Ação: Governança e Participação

- Fortalecimento e formalização das Associações de Moradores das RESEX
- Participação das Comunidades nos processos de Gestão (Conselhos Deliberativos)
- Formação em Empreendedorismo Solidário (ITES-UPRA)
- Integração de Mulheres e jovens: Sensibilização de Gênero e Fortalecimento de Grupos Produtivos de Mulheres



## 2. Linha de Ação: Manejo Sustentável da Floresta



- Capacitações em Manejo Florestal Comunitário, com foco no Açai
- Intercâmbios e oficinas em parceria com IPT (Instituto de Florestas Tropicais)

## 3. Linha de Ação: Agricultura Sustentável

- Assistência Técnica para melhorar os cultivos na roça (mandioca)
- Ativação de Viveiro de Mudas (RESEX Mapuá)
- Definir Sistemas de produção: Agroflorestais diversificados (açai, frutas, oleaginosas, etc.)



## 4. Linha de Ação: Cadeias de Valor

- Definir estratégias de comercialização e facilitar acesso à mercado
- Desenvolver estruturas de comercialização:
  - físicas (infraestrutura de processamento)
  - organizacionais (formação de cooperativas)
- Estabelecer parcerias com atores estratégicos (empresas privadas, instituições públicas)

### Cosméticos e Cosméticos



### Açai



### Produtos de Agricultura Familiar



## Parcerias e mercados

### PNAE

- 8 Chamadas Públicas (2011-2013)
- Açai, Frutas, Frutas e Polpas
- R\$ 41.800 (2011)



### Associação de Produtores para Comércio Público, RESEX Mapuá



### PAA - Doação Simultânea

- 8 Produtores
- R\$ 273.595 (2011)



### Integração de Açai para Pequenos de Comércio



### Parceria com Setor Empresarial

#### SEBRAE

- Mercado garantido para artesanatos e óleos
- Certificação orgânica
- Assistência técnica para agregação de valor



### Associação de Produtores e Produtores de Açai - RESEX Mapuá



## Desafios atuais

- Consolidação (e formalização) das Associações de Moradores nas duas RESEX
- Seguimento ao processo de formação de cooperativa (RESEX Mapuá)
- Consolidação e ampliação da participação dos programas PNAE e PAA
- Planos de Manejo
- Início da comercialização de oleaginosas
- Procurar formas de realizar o registro dos cosméticos artesanais (ANVISA)